

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CHRISTOPHER AUGUSTO CARNIERI

**A italianidade em movimento: travessias e olhares**

Curitiba

2013

CHRISTOPHER AUGUSTO CARNIERI

## **A italianidade em movimento: travessias e olhares**

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, para obtenção de título de Mestre em Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Renato Guérios.

Orientador: Paulo Renato Guérios

Curitiba

2013

Em memória de Leonor Carnieri (1918-2012)

*“Ainda sinto o cheiro do café passado no meio da tarde. Até logo, vovó!”*

Agradecimentos:

À minha família e amigos, pelo incentivo nos momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. Paulo Renato Guérios, pela orientação, atenção e paciência.

Aos professores do PPGAS da UFPR, pelas contribuições à minha formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos.

Aos alunos, funcionários, professores e coordenadores da escola Edulíngua em Castelraimondo (MC), Itália, pela amizade e pelas lembranças queridas.

## RESUMO

Este trabalho analisa o que buscam os brasileiros de ascendência italiana quando vão à Itália e o que encontram ao chegar lá. Primeiramente é estudada a formação da italianidade na Itália através da análise de questões sobre os nacionalismos do século XIX e o processo de construção da nação italiana. Posteriormente é estudada a formação da italianidade brasileira através da análise do processo migratório e da colonização até a renovação do elo com a Itália, momento o qual os descendentes buscam na viagem à Itália uma forma de estabelecer um contato direto com a cultura italiana. O trabalho de campo descreve como a experiência de ida à Itália se constitui enquanto um processo de construção identitária, o qual pode funcionar como uma nova leitura da italianidade.

Palavras-Chaves: Análise intercultural; Identidade; Italianidade; Migração.

## ABSTRACT

The present work analyses what Italian-brazilians search when they travel to Italy and what they find when they get there. Firstly, it is studied the formation of the Italian national identity through the analysis of matters on the XIX century nationalisms and the construction of the Italian nation. It is studied afterwards the formation of the Italian national identity in Brazil through the analysis of the migration and colonization process until the renewal of the cultural bonds with Italy, a moment where Italian-brazilians search a way to establish a direct contact with the Italian culture by travelling to Italy. The field work describes how the experience of travelling to Italy becomes an identity construction process, which may work as a new reading of the Italian national identity.

Key- Words: Intercultural analysis; Identity; Italian National Identity; Migration.

## SUMÁRIO

<b>Introdução...</b>	<b>09</b>
 <b>CAPÍTULO 1: Formação da italianidade...</b>	 <b>18</b>
1.1 Nacionalismo(s)...	18
1.2 A construção da nação italiana...	24
 <b>CAPÍTULO 2: Formação da italianidade brasileira...</b>	 <b>37</b>
2.1 A casa fora de casa...	37
2.2 A renovação do elo com a Itália...	46
2.3 O retorno dos ítalo-brasileiros à Itália...	50
 <b>CAPÍTULO 3: Sobre espaço e tempo...</b>	 <b>59</b>
3.1 Discursos contemporâneos da italianidade...	59
3.2 Travessias e olhares...	68
 <b>Conclusão...</b>	 <b>85</b>
 <b>Referências bibliográficas...</b>	 <b>87</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

Figura Nº1: A Península Itálica antes da unificação...	24
Figura Nº2: A República da Itália hoje...	35
Figura Nº3: Museu Nacional da Emigração, Roma...	37
Figura Nº4: Gesto italiano com o significado de questionamento...	44
Figura Nº5: Festa Trentina, Piraquara-PR...	47
Figura Nº6: Grupo de jovens...	52
Figura Nº7: Lembranças trazidas da Itália por uma descendente...	54
Figura Nº8: Passeio em Florença...	68
Figura Nº9: Bandeira brasileira pendurada no varal...	71
Figura Nº10: Vista panorâmica da cidade de Castelraimondo...	73
Figura Nº11: Excursão à cidade de San Severino Marche...	74
Figura Nº12: Moisés e Amélia em uma pizzeria de Macerata...	76
Figura Nº13: Alunos da escola Edulíngua em uma feira de Castelraimondo...	82



## Introdução

*A Itália não pertence a um território específico. Ela pertence à imaginação. Um grande mosaico no espaço e no tempo: suas “Little Italy” e suas gerações de descendentes espalhadas pelo mundo. A língua italiana fora da Itália, eu arrisco dizer, é fruto da fantasia dos viajantes do passado e seus sonhos de um dia retornar a casa. Nem que esse retorno fosse de alguma forma recriar a Itália da infância em seu novo lar.*

*Conhecer a Itália, para mim, é viajar no tempo. É reviver as histórias de meu avô, é conhecer a história do mundo, é construir a minha história. Essa encruzilhada entre a realidade e o imaginário é que faz da Itália o destino de muitos corações. Caminhar pela praça da pequena cidade em um dia de sol, ouvir o sino da igreja tocar enquanto tomo um sorvete e vejo crianças brincar... O tempo parece parar. Essa é a minha motivação. Este é meu amor: a simplicidade de ser e estar “in Italia”. Lembro-me do filme Sob o Sol da Toscana. Depois de algumas tentativas frustradas para receber o cumprimento do velhinho das flores, no final do filme ela recebe. É exatamente essa conexão que um dia eu busco ter com a Itália. Por enquanto essa conexão é um sonho, um projeto, é a Itália seduzindo minha imaginação. É uma espera como quando, finalmente, a nonna dizia: “venham, está na mesa!”. Embora não conheça a Itália, ela faz parte da minha infância. Meus avós tinham uma cosa rosada com um belo jardim onde eu costumava brincar até o pôr-do-sol. O pão fresco com molho de tomate e azeite de oliva... Meu avô com seu chapéu, sua fala pausada e levemente roca. Minha avó com sua espiritualidade que me ensinou a acreditar na humanidade. Enfim, acho que quero conhecer a Itália para voltar a ser criança.*

*A Itália não pertence a um território específico. Ela pertence à imaginação. Sua literatura, sua gastronomia, seu passado, seu futuro... Ela sempre está por perto, como uma mãe que observa seus filhos sem ser notada. Alguns não a veem e continuam suas vidas. Porém, outros sentem seu sorriso e quando se viram, pedem seu colo. Talvez até digam: “mãe, eu te amo”.*

Em 2010 eu ganhei, com o texto acima, um concurso de redação<sup>1</sup> realizado pela escola Edulíngua, situada em Castelraimondo, província de Macerata, centro-leste da Itália. O prêmio era uma bolsa de estudos para estudar italiano. Assim começou uma viagem rumo à Itália. O curso durou um mês e incluía passeios culturais a diversas cidades entre Roma e Veneza. Eu fiquei em um alojamento da própria escola onde conheci pessoas de várias nacionalidades e entre elas muitos brasileiros de ascendência italiana. Dessa viagem nasceu o tema da minha dissertação de mestrado.

Quando eu escrevi o texto para o concurso eu era um sonhador, um descendente de italiano entre muitos que sonhava em conhecer a Itália. Quando eu falei sobre a minha motivação em conhecer a Itália, esta era a questão a ser respondida para o concurso, o qual deveria ter como título do texto a frase *Italia, ti voglio bene!* (Itália, eu te quero bem!). A minha motivação refletia um desejo de pertencimento. Percebo isso melhor ao olhar para trás agora como um antropólogo.

Eu falei sobre a língua, a comida, a memória, mas não tinha ainda a dimensão do que tudo isso envolve. Destaquei a imaginação e acho que no fundo foi onde acertei as palavras. Quando eu escrevi o texto tudo era para mim obra da imaginação, afinal, eu ainda não conhecia a Itália.

O tema para esta dissertação de mestrado nasceu durante aquela viagem, porém fruto de outra motivação: agora como mestrando de antropologia social, eu decidi estudar o contraste entre a Itália imaginada por descendentes de imigrantes italianos no Brasil antes da viagem e aquilo que essas pessoas encontram ao chegar à Itália.

Eu estabeleci aquela viagem como ponto inicial desta pesquisa, pois queria acionar aquela experiência passada para ser confrontada com a experiência da pesquisa de campo, a qual eu realizei ao retornar a cidade de Castelraimondo um ano depois.

Bourdieu (2011), em sua obra *O Poder Simbólico*, escreve sobre a “objetivação participante”, na qual defende que o pesquisador deve acionar suas experiências passadas na pesquisa, mas sob a condição de submetê-la à crítica.

---

<sup>1</sup> A redação foi publicada na revista *Insieme* nº139 de julho de 2010, páginas 20 e 21.

Entre quem eu era durante aquela viagem e quem eu sou hoje houve uma mudança significativa. Em primeiro lugar, como fiz a graduação em Administração de Empresas, a mudança para Antropologia foi um grande desafio. Depois de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social eu fui gradativamente analisando aquela experiência pessoal em relação à pesquisa de campo e percebi que o sentimento de pertencimento, que era minha motivação em conhecer a Itália, não está ligado apenas aos laços de parentesco. Em outras palavras, não é ter a cidadania por direto de sangue, por sobrenome, que faz a pessoa italiana. Embora a lei permita aos descendentes obterem a cidadania isso não significa um pertencimento cultural automático à Itália. O que eu presenciei como antropólogo em campo foi que o fato de ser aceito por uma comunidade é mais significativo do que ter um passaporte e querer ir para Itália já se sentindo italiano. Existe uma questão de tempo envolvida, e isso, não raro, pode levar uma ou mais gerações para se concretizar.

Eu entendo hoje que fui à Itália em 2010 com uma visão idealizada sobre o as questões que envolviam aquela experiência. O que eu busquei nesta pesquisa foi aprofundar, analisar e entender aquela experiência, agora muito mais ampla. Acredito que uma breve narrativa seja oportuna para iniciar toda essa reflexão.

Nesta ocasião, eu estava no salão de embarque do aeroporto de Guarulhos. Um rapaz falava ao celular e sentou-se perto de mim. O que me chamou a atenção foi quando ele disse a seguinte frase: “[...] sabe, agora que eu tenho a cidadania italiana eu não vou apenas conhecer a Itália... é como se eu estivesse voltando para casa!”. A minha primeira reação foi refletir sobre o quanto daquela conversa não estaria ligada a um imaginário projetado sobre a Itália e sobre a própria noção de identidade que as pessoas constroem a partir disso.

No decorrer do mês, já na Itália, eu fui observando as reações das pessoas, principalmente dos ítalo-brasileiros, descendentes como eu que estavam ali conhecendo algo tão familiar e tão estranho ao mesmo tempo. Os hábitos, os costumes, a gastronomia, o cotidiano local, enfim, como toda essa conjuntura social traz um sentimento às vezes de atração e às vezes de retração: uma troca de olhares entre ítalo-brasileiros e italianos.

Entre os descendentes que se encontram na faixa etária da terceira idade, o que se percebe é que os mesmos não apresentam as mesmas expectativas relativas à possibilidade de expansão dos estudos, trabalho ou mesmo turismo que os mais jovens apresentam. Os mais

velhos aspiram a realizar o sonho de conhecer a Itália, terra que aprenderam a amar com as histórias que ouviram de seus pais, avós ou outros parentes que transmitiram a amor pelas raízes, o orgulho pela sua origem italiana.

Isso pode ser reconhecido pelo email que me foi enviado por Neia, uma senhora de Joinville que conheci na Itália. Pedi a ela que descrevesse como foi sua experiência de conhecer a Itália:

*Oi, Christopher.*

*Por aqui muita chuva e frio... Faz lembrar a Itália, mas com muita saudade também.*

*A minha experiência nessa viagem em busca dos meus antepassados foi maravilhosa. Primeiro, porque pisar o solo onde nasceram e viveram meus bisavós, meus tataravós foi emocionante. Inclusive, quando cheguei a Veneza, vinda de Castelraimondo, transitando pela cidade, senti uma sensação de que tinha estado ali em outra época.*

*Fiquei emocionada diante do quadro da Madonna e o Bambino, na Catedral de São Marcos, pensando nos momentos em que meus parentes estiveram naquela mesma igreja, rezando e pedindo ajuda para enfrentarem a fome, a miséria e as dificuldades de um tempo de guerra (época da unificação da Itália).*

*Segundo, de todos os lugares que conheci, no decorrer do nosso curso, o que mais me tocou foi Veneza. Não por ser uma cidade turística, mas o que ela significa pra mim, pois acredito que foi através daquele porto que toda a família do meu bisavô partiu para o Brasil.*

*Terceiro, me senti em casa, transitando a pé, pelas ruas, conversando com as pessoas como se fizesse parte daquele mundo. O som das palavras, os gestos dos italianos, o contato com os italianos da região do Vêneto, quando fui à casa da família que pode falar dos meus antepassados, inclusive me mostrando a casa onde meu bisavô viveu, a cópia da certidão de batismo do meu Nonno, foi algo pra não esquecer jamais.*

*A minha sobrinha está em Bassano, residindo num Ostello, para conseguir o tempo obrigatório de residência e poder encaminhar o pedido de cidadania italiana. Essa semana já completou um mês que ela está lá.*

*Espero ter atendido seu pedido. Bjo grande. Neia.<sup>2</sup>*

Nesta mensagem é possível observar a identificação com o local, o imaginário em diálogo com o real, uma teia de laços que une o passado ao presente. Quando Neia relata o sentimento de já ter estado ali em outra época, ela parece estar construindo uma reaproximação, parece uma forma de criar laços além da memória transmitida por seus

---

<sup>2</sup> Texto recebido em 28 de agosto de 2011.

antepassados, ou seja, uma forma de ela mesma se sentir parte do local. Em contraste, temos a sua sobrinha, a qual possui outros interesses em relação à Itália.

Desse contexto nasceu a principal questão a ser estudada nesta dissertação: o que buscam os brasileiros de ascendência italiana quando vão à Itália e o que encontram ao chegar lá? Como a experiência de ida à Itália se constitui enquanto um processo de construção identitária?

Para me ajudar a responder essas questões eu dividi a dissertação em três capítulos: no primeiro eu analiso a questão do nacionalismo e a construção da nação italiana. A partir de Bertonha<sup>3</sup>(2006), eu procurei realizar uma contextualização histórica da unificação da Itália destacando que a península itálica era uma região fragmentada em repúblicas mercantis independentes e de forte identificação local, de tal forma que foi um desafio criar a Itália. Anderson (2009) afirma que as origens do nacionalismo são explicadas inadequadamente. Segundo as palavras do autor,

“Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. [...] ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (Anderson 2009, p.32)

Por sua vez, Hobsbawm (2008) abordou a questão da representação do nacional a partir de outro ponto de vista: para ele, as tradições são inventadas pelas elites para justificar a existência e importância de suas respectivas nações.

Neste trabalho considero como Anderson que a Itália seja uma comunidade imaginada, não apenas em seu território mas uma comunidade imaginada que ultrapassa as fronteiras nacionais. Acredito que a partir desse conceito está a gênese da Itália imaginada e representada por seus descendentes ao redor do mundo, particularmente para esta dissertação o caso dos ítalo-brasileiros.

---

<sup>3</sup> João Fabio Bertonha é doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado pela Università di Roma e pela Universidade de São Paulo.

A ideia da invenção das tradições de Hobsbawm permitirá que reflitamos sobre como as gerações mais velhas portam-se em suas experiências ao viajar à Itália. Em outras palavras, como ocorre o confronto das tradições que alimentaram no Brasil enquanto descendentes e as tradições que encontraram na Itália.

No segundo capítulo trabalho o processo da imigração italiana no Brasil. Busco expor como os descendentes de imigrantes se relacionavam com a cultura italiana, sua manutenção e suas mudanças através do tempo e como isso afeta o momento em que eles viajam à Itália, ou seja, o que eles levam da italianidade formada no Brasil para a Itália.

Para Thales de Azevedo (1982), os imigrantes que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX se fizeram italianos aqui, pois a Itália como país havia acabado de ser criada. Esse processo ocorreu, de maneira geral, através das comunidades de mútuo socorro, onde o conceito-chave foi o da solidariedade.

Manuela Carneiro da Cunha, em sua obra *Cultura com aspas* (2009), expõe o conceito de *cultura de contraste* no qual um grupo étnico se identifica como distinto em relação a outros grupos com o qual dividem um mesmo espaço. Em outras palavras, os imigrantes italianos se fizeram italianos porque no Brasil existiam outros povos imigrantes. Segundo a argumentação de Manuela,

“[...] não se trata de em Roma falar *como* os romanos, trata-se, no entanto, de falar *com* os romanos. O que significa que a etnicidade é linguagem não simplesmente no sentido de remeter a algo fora dela, mas no de permitir a comunicação.” (Carneiro da Cunha, 2009: p.237)

Com o passar do tempo, esse processo implicou em mudanças. Aos poucos, e principalmente devido ao Projeto Nacionalista do Estado Novo de Getúlio Vargas, essas comunidades de mútuo socorro foram perdendo expressão.

O conceito de *habitus* de Bourdieu (1980: p.91), segundo o qual o “*habitus* funciona como a materialização da memória coletiva que reproduz para os sucessores as aquisições dos precursores”, será usado para mostrar como os ítalo-brasileiros foram adquirindo costumes particulares e característicos da sua própria história e perdendo costumes que são, até hoje, particulares e característicos dos italianos na Itália.

Herbert Gans (1979), por sua vez, segundo um estudo feito nos Estados Unidos, apresenta o conceito de *etnicidade simbólica*. Segundo Gans, os descendentes de terceira e quarta geração já não utilizam os encontros em associações comunitárias para expressar sua etnicidade, porém expressam-na de uma maneira simbólica, por exemplo, vestindo roupas que contenham símbolos étnicos, indo a restaurantes de comida típica, entre outras coisas. O que é importante para essa geração é que o símbolo usado seja visível e facilmente identificado.

Utilizo o conceito de Gans para que possamos entender o comportamento de alguns jovens que esperam pela cidadania italiana na Itália. Além daqueles que apenas querem conhecê-la para que a experiência, fotos e produtos que trazem de lá, sejam usados como símbolos étnicos no Brasil.

No terceiro capítulo eu trabalho a pesquisa de campo propriamente dita. Primeiramente eu busquei retratar o campo de embates acerca da identidade e do pertencimento à Itália que os descendentes encontram ao chegar ao país. Em 2011 a Itália comemorou 150 anos de unificação, embora seja um processo ainda em curso e muito discutido pela população em geral. No meio dessa discussão histórica encontram-se os imigrantes clandestinos e os descendentes, que mesmo com a cidadania italiana são classificados como estrangeiros pelos italianos.

Para ilustrar essa questão eu retomei Fabio Bertonha (2006) e sua obra *Os italianos*, na qual ele relata as questões separatistas na Itália hoje e uma nova forma de nacionalismo: o nacionalismo dos ricos. Procurei a visão de autores nativos como Luigi Barzini (2008), que escreveu na década de 1960 um clássico da literatura italiana *Gli italiani*, onde tenta traduzir para os leitores as virtudes e vícios dos italianos - obra esta que voltou a ser muito comentada e procurada recentemente. Outro autor nativo de expressão nacional é Beppe Severgnini (2010), com a obra *La testa degli italiani (A cabeça dos italianos)*. Esse autor explora o lado cômico do cotidiano italiano e defende um suposto caráter nacional que de fato faria com que os italianos se sentissem todos iguais. Por fim, Silvana Patriarca (2010) em *Italianità – La costruzione Del carattere nazionale* traça uma trajetória de como foi todo o processo de “fazer” os italianos, desde um pouco antes da unificação até os nossos dias.

Quanto à pesquisa de campo, eu passei três meses na cidade de Castelraimondo. Fiquei no alojamento da escola de italiano Edulíngua, vinculada à Universidade de Macerata.

No alojamento dividi o quarto com ítalo-brasileiros que estavam lá para estudar italiano e aguardando o pedido de cidadania. Muitos preferem ir à Itália pedir pela cidadania, pois lá o processo leva cerca de três meses, enquanto nas representações diplomáticas da Itália no Brasil pode chegar a dez anos.

É importante dizer que havia dois grupos de observação: o primeiro era de descendentes (a maioria) que foram a Castelraimondo como alunos de um curso/férias de um mês oferecido pela escola, onde estava incluso aula e passeios culturais pelas principais cidades turísticas da Itália. O segundo grupo era o de descendentes que estavam residindo em Castelraimondo à espera da cidadania (tempo médio de três meses). Havia dois edifícios de alojamentos. Embora alguns apartamentos de um edifício fossem reservados àqueles que estavam à espera da cidadania, era comum a troca de alojamentos à medida do movimento na escola. Ou seja, como a maioria dos estudantes e dos descendentes à espera da cidadania era de brasileiros, os alojamentos acabavam se tornando um micro-cosmos do Brasil, principalmente a cozinha. Não havia divisão por faixa etária, de tal forma que nem sempre essa convivência era pacífica.

A minha etnografia contou com entrevistas gravadas, conversas informais (sem gravação), e-mails e postagens em redes sociais. Com relação à cidade, as conversas, de modo geral, ocorreram durante o caminho do supermercado, em cafeterias no final da tarde e num pub (bar) à noite. Como tudo fechava entre meio-dia e quatro horas, esse momento em que a cidade parecia uma cidade fantasma foi o melhor momento para se conversar. Normalmente eu ia caminhar com alguém ou um grupo nesse horário e o que eu pude observar é que o silêncio da paisagem urbana desperta uma abertura significativa para uma conversa sem interrupções. O que eu quero dizer com isso é que as pessoas ficavam mais emotivas e saudosas de casa e abriam seus corações sobre seus sonhos, esperanças e medos.

Procurei entender um pouco desse processo com Stuart Hall (2011), segundo o qual,

“Em toda a parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado”. (Hall, 2011: p.88)



Com Maria Zanini eu analisei a questão da memória, principalmente nos mais idosos. De acordo com Zanini (2007, p.522), “o passado – interpretado, apropriado – ressemantiza-se, e o que importa dele é o que se torna significativamente viável no presente”. Adotei esse trecho para me subsidiar o olhar sobre os descendentes mais idosos, os quais refletem com mais intensidade e frequência as memórias da vida em família em relação à experiência que vivem na Itália.

Enfim, *andiamo!* (vamos em frente)...

# **1. Formação da italianidade**

## **1.1. Nacionalismo(s)**

O objetivo deste capítulo é compreender como a ideia de nação está ligada à construção e manutenção identitária. A compreensão do nascimento do nacionalismo, os pontos de vista acerca dele, e, principalmente do sentimento de pertencimento a uma nação, é essencial para que possamos visualizar o processo de construção identitária envolvido nos fluxos migratórios.

Não há consenso acadêmico ou definição pragmática do que seja o nacionalismo. Os autores que têm se dedicado ao tema debatem se o nacionalismo é antigo ou moderno, onde se originou e qual o seu futuro. Divergem sobre o modo mais adequado de classificá-lo, se sua essência é democrática ou autoritária ou então se o nacionalismo é construção das elites ou manifestação de elementos primordiais das comunidades humanas.

Segundo Hannah Arendt (1972), cada conceito reflete uma experiência humana específica. A democracia, por exemplo, é um conceito derivado da experiência política da antiga pólis ateniense, mas que se materializou em múltiplas variações ao longo de seu desenvolvimento histórico. Através do estudo dos conceitos é possível traçar a democracia até sua experiência de origem, apontar diferenças e semelhanças com sua evolução posterior, bem como classificar confusões terminológicas advindas das diversas experiências. A mesma lógica pode ser empregada no caso do nacionalismo. A pluralidade de conceitos que o envolve, fruto, em larga medida, de experiências ocorridas em contextos históricos e políticos diferentes, tem gerado contradições terminológicas que estão refletidas nas obras dos estudiosos do tema.

Gellner (1983) define nacionalismo como o “princípio político que advoga a congruência entre Estado e Nação”. A ideia que move o nacionalismo seria a criação de um Estado que exercesse autoridade sobre a nação, entendida como um grupo humano que compartilha da mesma cultura. Esse foi o caso, por exemplo, dos países da Europa Ocidental.

A grande maioria dos estudiosos concorda que nacionalismo e nações são fenômenos modernos. O surgimento das nações e do nacionalismo pode ser remetido às ideias e aos

processos socioeconômicos e políticos desencadeados pelo Iluminismo e a Revolução Industrial.

Gellner argumenta que o nacionalismo está ligado à passagem da sociedade agrária para a industrial. A industrialização e a urbanização, a formação de uma burocracia nacional e a consolidação do poder de novas elites políticas sobre territórios definidos exigiam uma ideologia, uma cultura comum e uma língua única, que somente o nacionalismo poderia proporcionar. O processo de formação nacional é acelerado pela introdução de um sistema educacional de massas e um código cultural popular disseminado pelos meios de comunicação. Todo esse trabalho de engenharia social é necessário, segundo Gellner (1964, p.169), porque “o nacionalismo não é o despertar das nações à autoconsciência; ele inventa nações onde elas não existem”. Eric Hobsbawm enfatiza justamente este ponto crucial desta tese chamada de modernista: nações são construções, invenções humanas, que não existiram desde tempos imemoriais mas que surgiram em um determinado contexto geográfico, socioeconômico e político, que ele identifica como sendo a Revolução Francesa, a ascensão da burguesia e das classes médias, e o surgimento de mercados nacionais na Europa. (Hobsbawm, 2008; Hobsbawm e Ranger, 2008)

Já Benedict Anderson apresenta uma interpretação muito particular da modernidade das nações. Para Anderson, a interpretação de Gellner reduz o nacionalismo a uma doutrina inventada e manipulada por elites para mobilizar as massas. “Gellner está tão aflito para mostrar que o nacionalismo se mascara sob falsas aparências” – escreve Anderson (2009, p.33) – “que ele identifica invenção com contrafação e falsidade, e não com imaginação e criação”. Para Anderson, a nação é uma comunidade imaginada porque se estende para além dos contatos face a face das pequenas localidades, e nesse sentido só pode ser apreendida pela abstração da mente humana.

Esse processo de imaginação nasce, por sua vez, a partir do colapso da ordem dinástica e do desenvolvimento da tecnologia de impressão trazida pelas relações capitalistas. Embora admitindo os imperativos econômicos que informam o surgimento das nações (impostos, por exemplo), Anderson enfatiza a dimensão psicológica do nacionalismo, pois este aparece igualmente no rastro do declínio das religiões. Ao proporcionar aos cidadãos o

sentimento de pertencer a uma entidade percebida como eterna, o nacionalismo evoca nos indivíduos um sentimento de imortalidade que anteriormente era monopólio das religiões.

Não há autor que deixe de enfatizar a dimensão política do nacionalismo. Seja como discurso que informa a idéia de nação, como alega Brubaker (1996), ou como movimento concreto que aspira a alguma forma de autonomia para uma comunidade nacional, o nacionalismo sempre envolve a instituição de um sistema político.

A socióloga Liah Greenfeld (1992) enfatiza o caso inglês como tipo ideal da associação original do nacionalismo com democracia, o que ela chamou de nacionalismo do tipo cívico. Segundo Greenfeld, a idéia de soberania popular e as instituições democráticas que refletem essa soberania surgiram gradualmente na Inglaterra, a partir do século XVI, quando o termo nação deixou de denominar uma elite e passou a ser aplicado a toda a população da Inglaterra. “Esta transformação semântica”, enfatiza Greenfeld (1992, p.6), “realizou a emergência da primeira nação tal como entendemos essa palavra hoje, inaugurando a era do nacionalismo”.

Esse novo significado da palavra nação, a qual abrange toda a população de um reino, teve lugar em um contexto de mudanças radicais na estrutura das sociedades dinásticas, e de erosão das hierarquias e dos status sociais tradicionais após a Guerra das Rosas<sup>4</sup>. Novas elites, insatisfeitas com a impossibilidade de ascensão na hierarquia da sociedade das ordens, comandaram o processo de asserção da soberania popular, manifesto na longa luta política do parlamento, que representava a nova aristocracia, os burgueses e *commoners*, contra a nobreza associada à coroa inglesa. O governo representativo que resultou da vitória da idéia de soberania popular significou, como notou John Stuart Mill (1873), a aspiração da população por um governo constituído por ela própria ou parte dela. A revolução francesa e a americana igualmente associaram nação e povo à democracia, ao reiterarem, cada uma a seu modo, a independência e soberania de seus cidadãos ao princípio do governo “pelo povo e para o povo”.

---

<sup>4</sup> A Guerra das Rosas foi uma série de longas lutas dinásticas pelo trono da Inglaterra, ocorridas ao longo de trinta anos de batalhas esporádicas (1455 – 1485). As lutas pelo trono entre famílias rivais devem o seu nome aos símbolos das duas facções: uma rosa branca para a Casa de York e uma vermelha para a Casa de Lancaster.

Liah Greenfeld defende que não foi a lógica da indústria que gerou as nações, mas, ao contrário, é o nacionalismo e a constituição de nações que colocaram países como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos no caminho da modernidade. Esse nacionalismo de caráter cívico é baseado na concepção política de cidadania, independentemente de raça, religião, língua, etnia e até local de origem. Por isso ela insiste que o nacionalismo cívico é inclusivo e democrático. Apesar de algumas ressalvas a respeito da presença de elementos étnicos nas nações revolucionárias, Eric Hobsbawm (1990) concorda que a novidade originária da nação estava justamente em seu caráter inclusivo. O que distinguia os colonos da revolução americana de 1776 do rei George e seus súditos não era a língua ou etnia, mas a aspiração à autodeterminação dos primeiros. E a república francesa, lembra Hobsbawm, não teve dificuldades em eleger o anglo-americano Thomas Paine para sua Convenção Nacional. Nessa concepção de nação, o que torna um indivíduo cidadão não é a língua que ele fala nem o lugar de onde é proveniente, mas a adesão aos princípios políticos da soberania popular e do governo representativo. (Hobsbawm, 1990)

Segundo Greenfeld, o nacionalismo cívico mudou os critérios de dignidade humana e, junto com a reforma protestante, tornou a atividade econômica respeitável. O desenvolvimento e a expansão mundial dos países que inicialmente experimentaram o nacionalismo tiveram como consequência a exportação da idéia de nação para outras regiões com condições socioeconômicas e políticas muito diferentes da Inglaterra ou França. Como na Inglaterra, em outros lugares o nacionalismo foi sempre adotado por elites insatisfeitas com seu status social. Na Alemanha, por exemplo, foram os intelectuais românticos de classe média, cuja educação era insuficiente para garantir-lhes proeminência na sociedade, os primeiros a abraçarem a causa nacional. Nesse e em outros casos, o nacionalismo foi sempre a opção escolhida por elites sem estabilidade social definida. (Greenfeld e Chiot, 1996, p.3-40)

A idéia de nação desenvolveu-se em muitos países sem a dimensão cívica originada na França e Inglaterra. Para os românticos nacionalistas alemães do século XIX, a organização social e os valores do Ocidente – que a França e a Inglaterra por muito tempo representaram – tornaram-se a incorporação do mal. As sociedades industriais desenvolvidas foram criticadas por seu individualismo e materialismo. O indivíduo ocidental era percebido como egoísta, alienado e anti-social.

Por outro lado, os românticos alemães idealizavam as atividades agrícolas, vendo o camponês como a encarnação do *volk* (povo). A vontade foi avaliada como superior ao racionalismo, e o coletivo, mais importante que o indivíduo. Raça e língua germânicas tornaram-se os atributos principais da nação alemã. Na Rússia, a fé ortodoxa foi escolhida como elemento decisivo da consciência nacional. André Van De Putte (1996, PP.161 -195) faz a mesma análise para os nacionalismos da Europa Central, onde a noção ocidental de autodeterminação dos povos encontrou um mundo de “Kulturnationem”, onde os apelos às raízes culturais, lingüísticas e étnicas formaram a consciência nacional dos países daquela região.

O nacionalismo, nesses casos, enraíza-se em componentes étnicos primordiais. Ele não expressa a transcendência das raízes particulares através da cidadania, mas sim atributos específicos, únicos e particulares das culturas. Por isso, Greenfeld ressalta que todo nacionalismo étnico é por natureza excludente e coletivista, e sua origem ressentida o faz desenvolver tendências à xenofobia e ao autoritarismo.

É importante assinalar que as identidades nacionais mudam ao longo do tempo, podendo assumir um caráter étnico ou cívico, ou uma mistura dos dois. O nacionalismo francês foi predominantemente cívico, desenvolveu posteriormente uma dimensão étnica, adotando a língua de uma de suas etnias e fazendo dela um aspecto central de sua identidade nacional. A então Alemanha Ocidental seguiu o caminho inverso, tornando-se uma democracia após a Segunda Guerra Mundial, mas mantendo uma concepção étnica de cidadania: os alemães nascidos na comunidade germânica do Volga, na Rússia, recebem cidadania imediata ao imigrarem para a Alemanha, ao passo que um imigrante turco que tenha passado toda a sua vida na Alemanha raramente conseguirá obter cidadania alemã. Na Itália acontece um processo similar, como veremos mais detalhadamente adiante.

A idéia de uma identidade nacional e de uma cidadania completamente despidas de componentes étnicos e baseadas exclusivamente em lealdades aos princípios cívicos e democráticos é irreal. Kai Nielsen (1996) adverte para a existência de elementos étnicos até mesmo nas leis de imigração de países cívicos como o Canadá. Um estrangeiro que queira imigrar para o Canadá, lembra ela, não irá ganhar cidadania pela simples adesão aos princípios democráticos de seu novo país. Para tornar-se canadense, ele terá de aprender pelo

menos um dos dois idiomas do país e aprender algo da história e cultura canadenses (Nielsen, 1996, p.48). Esses fatos demonstram que a dicotomia entre nacionalismo étnico e cívico é reducionista, e que sociedades baseadas puramente em um dos dois critérios simplesmente não existem.

As limitações dos modelos étnicos e cívico levaram cientistas sociais como John Hall a pregar o abandono de qualquer teoria geral sobre o nacionalismo. Para ele, o estudo do nacionalismo só poderá progredir se forem produzidas teorias menos abrangentes, que não se reduzam a casos históricos específicos, mas que conduzam a tipologias mais adequadas à fenomenologia nacionalista. Trata-se então, para John Hall (1993, PP.1-28), de encontrar melhor classificação dos tipos de nacionalismo.

Para Craig Calhoun (1997), basear-se em um fator ou causa única que possa explicar o fenômeno nacionalista leva ao reducionismo. Divisões rígidas entre primordialismo e construtivismo, ou entre étnico e cívico, não são analiticamente frutíferas. Segundo ele, o nacionalismo em suas múltiplas variantes só pode ser apreendido como formação discursiva. O denominador comum entre o protecionismo econômico japonês, a “limpeza étnica” promovida pelos sérvios e a execução do hino estadunidense em jogos de beisebol, diz Calhoun (1997, pp.23-24), é uma formação discursiva que informa e conecta todos esses eventos, mas que não pode oferecer uma explicação causal para nenhum deles.

Segundo Stuart Hall (2011), um tipo diferente de mudança estrutural transformou as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Era esta, pelo menos, a tentativa dos movimentos nacionalistas do século XIX, descritos acima, fosse através do nacionalismo cívico ou fosse através do nacionalismo étnico. Essas mudanças estão relacionadas hoje ao processo de globalização. Como argumenta Anthony McGrew (1992), a globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.

Os lugares permanecem fixos: neles é que temos raízes. Entretanto, o espaço pode ser cruzado num piscar de olhos – por avião, por fax, internet, etc. David Harvey chama isso de

*destruição do espaço através do tempo* (1989, p.205). Para Stuart Hall (2011), o que é importante para o argumento quanto ao impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação – deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais.

As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, argumenta Hall, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãs legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (Schwarz, 1986, p.106).

Os conceitos de nacionalismo cívico, nacionalismo étnico, e a noção de sistemas de representação da nação no espaço e no tempo, são os fundamentos da linha de raciocínio através da qual pretendo trabalhar a questão de como a idéia de nação media a relação entre ítalo-brasileiros e italianos, o que será feito no terceiro capítulo. Antes, no entanto, será necessário compreender as especificidades da construção de um sentimento de nacionalidade na Itália.

## 1.2. A construção da nação italiana

A Idade Média chegou ao final com a península itálica relativamente rica e populosa, mas dividida em vasta gama de pequenos Estados. A intervenção estrangeira, presente em todos os séculos desde o fim do poder romano, continuava controlando territórios na Itália. Importante destacar, deste modo, que a Itália era então conhecida apenas como uma expressão geográfica, referindo-se aos habitantes da península.



Um elemento particular da Itália no período medieval e de grande importância em sua história foi a presença dominante das cidades. Especialmente no centro-norte, as cidades adquiriram independência e, com o passar do tempo, cada vez mais poder e riqueza. Eram cidades como Veneza, Pisa, Gênova, Milão e Florença, entre outras, as quais fizeram fortuna com o comércio no Mediterrâneo e na produção de bens manufaturados para exportação. Essas repúblicas mercantis travaram numerosas guerras entre si e com outros povos para aprofundar e manter seus territórios e rotas comerciais.

Segundo Bertonha (2005, p.33), em tal contexto de fragmentação, a questão das identidades era fluída. Os habitantes da península itálica se sentiam, provavelmente, cristãos, súditos de um rei específico ou cidadãos de Veneza ou Milão por exemplo, e não italianos.



Figura 1: A Península Itálica antes da unificação.

Em fins da Idade Média e início da Idade Moderna, as monarquias da França, de Portugal e da Espanha procuraram reforçar seu domínio e seu poder diante das particularidades regionais, dos nobres e de outras forças que se opunham à centralização administrativa. Na Alemanha e, em especial, na Itália, contudo, esse processo esbarrou em resistências muito maiores de cidades e aristocracias mercantis ricas e poderosas, o que ajuda a compreender como a Itália continuou dividida em vários Estados rivais.

Com as grandes navegações, o eixo da economia européia foi se deslocando de modo gradativo para o Atlântico. Ao mesmo tempo, algumas regiões do norte da Europa, como Inglaterra e Holanda, começaram a exercer forte concorrência aos produtos manufaturados da península Itálica. Tal situação levou as repúblicas mercantis da região a um processo gradativo de empobrecimento. As repúblicas da península também perderam a capacidade de exercer uma política própria, com seus territórios se tornando foco de disputas entre as potências européias. Na verdade, a península se tornou um território colonial das potências imperiais do continente.

Na obra de Dante Alighieri, *A Divina Comédia*, escrita no século XIII, o desencanto com a submissão ao estrangeiro já aparecia: *“Ah serva Italia di dolore ostella, nave senza nocchiere in gran tempesta, non donna di province, ma bordello”*<sup>5</sup>. Este sentimento, o de submissão ao estrangeiro mesclado às lembranças de um passado imperial, será resgatado pelas elites letradas da península no século XIX, como um dos temas centrais do discurso de construção da nação italiana.

O historiador John Gooch (1991, p.13) descreve que “o Risorgimento, movimento pela unificação da Itália, foi considerado, por seus contemporâneos, uma vitória do nacionalismo”. No caso italiano, esse nacionalismo foi predominantemente étnico. Como mencionado no item anterior sobre nacionalismo(s), Greenfeld ressalta o nacionalismo étnico como excludente e coletivista, o que o faz desenvolver tendências à xenofobia e ao autoritarismo. Veremos como isto se desenvolve durante e após a unificação da Itália.

O Risorgimento foi basicamente um processo em que muitas lutas convergiram para tornar-se uma luta só. Em seu âmago, encontram-se duas forças motivadoras. A primeira foi a busca de liberdade política dentro da Itália. Os que lutavam por essa meta faziam parte da burguesia, que só queriam reformar e limitar os poderes dos monarcas absolutistas, e os democratas, como Garibaldi, que desejava o envolvimento do povo na política. A segunda força era a busca pela independência. O desejo de livrar-se da dominação estrangeira opressora reunia basicamente os que estavam diretamente sob o domínio austríaco ao norte e espanhol ao sul da península.

---

<sup>5</sup> Ah serva Itália, morada das angústias, nau sem piloto em mar tempestuoso, imperial outrora, substituída agora!

Bertonha (2005, pg.51) analisa três dos mais importantes personagens do processo de unificação da Itália. Através desta análise é possível compreender as diferentes idéias de Itália e a luta que se estabeleceu entre eles para definir quais seriam os contornos do novo Estado e da nova nacionalidade que se pretendia criar.

Giuseppe Mazzini (1805-1872) foi um dos idealizadores da nação. Inicialmente se associou a um ramo dos Carbonari<sup>6</sup> em 1827, mas logo se desiluiu com sua falta de um propósito político claro. Seu objetivo era libertar a Itália da ocupação austríaca, do controle indireto exercido por Viena, do despotismo dos principados, do privilégio aristocrático e da autoridade clerical. Foi preso em novembro de 1830 e enquanto estava na prisão é que desenvolveu as idéias que o levaram a fundar o movimento chamado Jovem Itália, em 1832.

A Jovem Itália foi fundada, primeiro, sobre uma firme crença no progresso, que havia sido sufocado pela Restauração<sup>7</sup>. Mazzini acreditava que Deus atribuía missões tanto a povos quanto a nações, e o vigoroso sentimento de nacionalismo patriótico que conferiu à Jovem Itália era fundado em sua convicção de que os italianos podiam converter-se num Estado-nação e de que a Itália tinha uma missão na conjuntura mundial que estava se formando. A segunda característica importante do movimento era sua ênfase em uma Itália unificada, em contraposição ao regionalismo de outros movimentos patrióticos dentro da própria península. Em terceiro lugar, Mazzini era republicano: acreditava que apenas essa forma de governo podia garantir a igualdade entre as pessoas. Mazzini visava a combinar pensamento e ação

---

<sup>6</sup> A Carbonária era uma sociedade secreta e revolucionária que atuou na Itália, França, Portugal e Espanha nos séculos XIX e XX. Fundada na Itália por volta de 1810, a sua ideologia se assentava em valores de libertação e fazia-se notar por um marcado anticlericalismo. Embora não tendo unidade política, já que reunia monarquistas e republicanos, nem linha de ação definida, os carbonários (carvoeiros) atuavam em toda a Itália. Reuniam-se secretamente nas cabanas dos carvoeiros, derivando daí o seu nome. A Carbonária foi na verdade uma instituição Maçônica, sendo conhecida também pelo nome de Maçonaria Florestal.

<sup>7</sup> Marcado por revoltas, a Revolução industrial e o crescimento da classe média, o período da Restauração na Europa (1814-1848) refere-se à luta por parte dos partidários da monarquia pela legitimidade contra seus próprios cidadãos e militares que seguiam as Guerras Revolucionárias francesas (1789-1802) e napoleônicas (1802-1814). Essas guerras espalhavam os ideais de liberalismo, nacionalismo e socialismo por toda a Europa.

pelo duplo meio da educação e da insurreição popular. Porém, em termos práticos foi malsucedido. Ele não conseguiu o apoio popular que desejava.

Camilo Benso, conde de Cavour (1810-1861), representava outra vertente, a dos monarquistas. Sua grande meta era unificar a Itália em torno da família Savóia, tornando o novo reino um prolongamento do Piemonte. Cavour via com desconfiança a participação popular nesse processo e considerava que a construção da Itália seria, acima de tudo, uma obra de estadistas e militares. Poucos liberais desejavam a incorporação do sul da península.

Por fim, Giuseppe Garibaldi (1807-1882) era oriundo da camada mais baixa da sociedade, compartilhava de algumas idéias patrióticas de Mazzini e defendia o regime republicano. Garibaldi e os republicanos resolveram lançar uma política para obrigar o Piemonte a anexar o sul e, em maio de 1860, uma expedição por ele organizada na Ligúria desembarcou na Sicília e, em poucos meses, com o apoio popular, libertou do domínio dos Bourbon toda a Itália meridional, com exceção de Roma.

Como representante da elite liberal, Cavour não via com bons olhos a ação de Garibaldi e de seu exército, nem os ideais que eles expressavam. Ele conseguiu, com o tempo e com a ajuda dos monarquistas, anular as manobras de Garibaldi e, apesar de ser obrigado a incorporar o centro e o sul da península ao novo reino, a busca de maior participação popular e de democracia dos garibaldinos foi praticamente anulada.

Republicano convicto, Garibaldi opunha-se à política da Casa de Savóia, pois ela daria ao país o regime monárquico. Apesar disso, Garibaldi voluntariamente reconheceu a autoridade de Vítor Emanuel quando esta foi exigida por Cavour e entregou o Reino das Duas Sicílias ao rei, pois preferia ver uma Itália monárquica unida a uma Itália desunida. Vítor Emanuel foi proclamado, em 17 de março de 1861, rei da Itália, cuja capital passou de Turim para Florença em 1865. Em 1861, a comunidade internacional, com exceção da Áustria, reconheceu o nascimento do novo Estado italiano.

Ainda permaneciam fora do Reino de Itália o Vêneto (em poder da Áustria) e Roma (em poder do papa). Negociações diplomáticas, realizadas pelo governo italiano com a Áustria e com o Papa fracassaram.

Em 1866, a Prússia entrou em guerra com a Áustria, auxiliada pelo novo Estado italiano. Garibaldi e os seus homens sofreram muitas derrotas, mas as tropas da Prússia ditaram o resultado final deste conflito. Após a assinatura da Paz de Viena em 1868, a Áustria foi coagida a renunciar ao Vêneto e a região foi integrada ao Reino de Itália.

Em 1862, Garibaldi tentara conquistar Roma, mas fora vencido. Em 1867, tentou novamente, porém o imperador francês Napoleão III, pressionado pelos católicos de seu país, invadiu Roma e recolocou o Papa no trono. Pela importância histórica da cidade, antiga capital do Império Romano e sede da cristandade ocidental, a Itália sem Roma era vista como um homem sem cabeça. Os partidários da unificação queriam transformá-la na capital do novo reino. Os obstáculos eram o exército francês, que ocupava a cidade e o papa, que controlava as amplas massas italianas, majoritariamente católicas.

O primeiro obstáculo foi removido com a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Devido a essa guerra, as tropas francesas foram retiradas da "Cidade Eterna" para combater os prussianos, e os italianos invadiram a cidade, que foi ocupada pelas tropas de Vítor Emanuel em 20 de setembro de 1870, sendo transformada na capital do reino que se formava. Em 13 de Março de 1871, Vítor Emanuel ofereceu como compensação ao Papa uma indenização e o compromisso de mantê-lo como chefe do Estado do Vaticano, um bairro de Roma onde ficava a sede da Igreja (as leis de garantia).

O Papa Pio IX, consciente de sua influência sobre os católicos italianos e desejando conservar o poder da Igreja, recusou as duas ofertas e declarou-se prisioneiro voluntário do Estado italiano. Além disso, proibiu os católicos italianos de votar nas eleições do novo reino.

Essa incômoda questão de disputas entre o Estado e a Igreja, chamada *Questão Romana*, só terminou em 1929, quando o ditador fascista Benito Mussolini, necessitando de apoio da Igreja e dos católicos, assinou com o Papa Pio XI a Concordata de São João Latrão. Por esse tratado, firmou-se um acordo pelo qual se criava o Estado do Vaticano, o Sumo Pontífice recebia indenização monetária pelas perdas territoriais, o ensino religioso era obrigatório nas escolas italianas e se proibia a admissão em cargos públicos dos sacerdotes que abandonassem a batina.

Segundo Weber (2002), “uma nação é uma comunidade de sentimento que se manifesta adequadamente num Estado próprio; daí, uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio”.

Anderson (2008), por sua vez, trabalha o conceito de comunidade imaginada, segundo o qual “ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”.

A grande questão da unificação italiana é que, para a maioria da população que vivia no campo, esses conceitos abstratos de “sociedade italiana” pouco significavam. Os camponeses e outros estratos inferiores da sociedade não apenas haviam participado relativamente pouco das lutas pela unificação do país, como não se sentiam italianos, mas toscanos, vênéticos, sicilianos, etc. Sua consciência de grupo não ia muito além dos limites restritos do território em que viviam, o que representava um obstáculo à idéia de uma consciência nacional única.

Compreende-se assim, a famosa frase do piemontês Massimo d’Azeglio<sup>8</sup>: “fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos”. Foi a essa tarefa que o Estado italiano se lançou nos anos seguintes, procurando criar uma nação onde não havia uma.

Em tal contexto, uma identidade italiana poderia ser encontrada apenas nas elites urbanas e educadas. Essas falavam a língua que se tornou o Italiano oficial e se reconheciam como uma cultura própria. Entre elas havia desconfianças com relação ao novo Estado que surgia, mas havia elementos suficientes para integrar essas pessoas em uma comunidade, mesmo que fosse uma comunidade imaginada:

“[...] Pois onde existe uma língua de elite, administrativa ou culta, por menor que seja o número daqueles que a usam, ela pode tornar-se um elemento importante da coesão protonacional, por três razões que foram enumeradas por Anderson: (1) o fato de ela criar uma comunidade dessa elite intercomunicante a qual, se coincide ou pode vir a coincidir com uma área estatal territorial particular e com uma zona vernácula própria, pode ser uma espécie de modelo ou projeto piloto para a ainda não existente comunidade maior, intercomunicante, da nação. [...] a única base para a unificação italiana era a língua que unia a elite instruída da península, como leitores e escritores, embora tenha sido calculado que, quando da unificação (1860), apenas 2,5% da população usavam a língua para fins cotidianos. Pois esse minúsculo grupo era, em sentido real, *um* e portanto *o* povo italiano.

---

<sup>8</sup> Escritor, pintor e político piemontês.

Ninguém mais era. (2) uma língua comum, exatamente por não ser naturalmente gerada mas sim construída – especialmente quando é impressa –, adquire uma nova fixidez que a faz parecer mais permanente e portanto (por uma ilusão de ótica) mais „eterna“ do que realmente é. (3) a língua cultural oficial dos dominantes e da elite frequentemente transformou-se na língua real dos Estados modernos via educação pública e outros mecanismos administrativos.” (Hobsbawm, 2008)

Ambos os autores expressam a questão da língua nacional como meio para a construção das identidades nacionais. Enquanto Anderson desenvolve a idéia de “comunidade imaginada”, Weber usa o termo “comunidade nacional”. Para este a comunidade de língua é considerada sua base normal. Embora não seja suficiente para despertar o chamado sentimento nacional, por outro lado, Weber não vê nas diferenças de língua um obstáculo para o sentimento de comunidade nacional. Para aquele, o crescimento geral da alfabetização, do comércio, da indústria, das comunicações e dos aparelhos de Estado, que marcou o século XIX, gerou um impulso em busca de uma unificação lingüística vernácula dentro de cada reino dinástico.

Retomando a frase de Azeglio sobre “fazer os italianos”, podemos, considerando os autores citados acima, observar como a padronização da língua italiana contribuiu para, de fato, “fazer os italianos”.

Vittorio Coletti (2009), em seu texto “A padronização da linguagem: o caso italiano”, escreve que “o romance precisa de uma referência lingüística ao menos virtual, a meio caminho entre o escrito e o falado, a literatura e a praça pública, o individual e o coletivo. Sem essa referência, o romance nem sequer se inicia”.

Para surgir na Itália no começo do século XIX, ressalta Coletti, o romance precisou procurar e até inventar um ponto médio lingüístico, que não era fornecido pela sociedade dos falantes nem pela dos escritores. Sabia-o muito bem Alessandro Manzoni<sup>9</sup>, justamente o primeiro a tentar criar esse ponto médio; eis o que ele diz na introdução a *Fermo e Lucia*, primeiro esboço de *Os noivos*:

“Para escrever bem, é preciso saber escolher aquelas palavras e frases que, por convenção geral de todos os escritores e todos os falantes [...], têm aquele determinado significado: palavras e frases que, nascidas no povo ou inventadas

---

<sup>9</sup> (1785-1873) escritor e poeta milanês.

pelos escritores, ou derivadas de uma outra língua, seja como for, mesmo assim são geralmente aceitas e usadas. Palavras e frases que passaram do discurso para os escritores sem parecer vulgares, dos escritores para o discurso sem parecer afetadas; e são geralmente e indiferentemente aplicadas num e noutro caso” (Coletti, 2009, p.376)

Enquanto Manzoni não começou a construir de alguma maneira um italiano para o romance, o romance não conseguiu funcionar na Itália. Não por acaso, o primeiro romance moderno da literatura italiana se apresenta em forma epistolar<sup>10</sup>. O romance epistolar ofereceu a Ugo Foscolo a oportunidade de evitar, pelo menos em parte, o terreno movediço daquela língua necessária ao romance, que ele sabia inexistir na Itália:

“a raiz (dos problemas da língua) é apenas esta: a língua italiana nunca foi falada; é língua escrita e só; por isso, literária e não popular; e se algum dia as condições da Itália a tornarem língua escrita e falada, literária e popular ao mesmo tempo... a Nação não será uma multidão de Chineses, mas Povo capaz de entender o que se escreve” (Coletti, 2009, p.378)

Coletti finaliza seu texto sugerindo que a língua do romance se inclinava cada vez mais para a realidade, onde encontrava pela primeira vez um italiano habilitado para o uso cotidiano da sociedade nacional pós-unificação. Se, antes, o ponto médio era uma ficção literária pura, agora ele também começa a existir na prática nacional, onde circula uma língua escrita e falada, um italiano adequado para a conversação e a literatura.

Apesar dos dialetos regionais persistirem na Itália até hoje, eles não foram um obstáculo para a formação de uma comunidade nacional, no caso a italiana. A Nação passou a existir, tendo na instituição de uma língua nacional uma significativa forma de expressão, como um elemento das relações comunitárias, ou seja, mesmo que as regiões da Itália tenham mantido suas características e identidades elas passaram a existir como uma nação. Ou nas palavras de Anderson: uma comunidade imaginada.

---

<sup>10</sup> Romance epistolar é um livro escrito usando-se uma técnica literária que consiste em desenvolver a história principalmente através de cartas, embora também sejam usadas entradas de diários e notícias de jornais. O nome "epistolar" vem do latim *epistoláris* "relativo a carta, epístola". O objetivo desta técnica ao ser criada era dar maior realismo a uma história.



Entretanto, a unificação da Itália está em processo até os dias de hoje. Se, por um lado, os regionalismos não foram um obstáculo para a unificação, por outro lado, eles não eram fortes o suficiente para uma possível separação. Aqui o nacionalismo étnico descrito por Greenfeld se faz presente no sentido do estabelecimento de uma fronteira social entre os italianos e os estrangeiros. As diferenças internas ainda existiam, porém os “outros” começaram a ser vistos de forma mais significativa na figura do não-italiano.

Outro momento forte da construção da idéia de uma Itália unificada foi o fascismo. O regime fascista tinha, entre seus objetivos, a intenção de organizar as massas em um sentido nacionalista e criar, de uma vez, a Itália e os italianos. Diferenças de classe, culturais e outras seriam eliminadas definitivamente em favor de uma Itália unida, da qual o fascismo seria a expressão. Segundo Bertonha, o fascismo se autodefiniu como o cimento que iria, finalmente, reunir os italianos em torno da Itália. O regime também trabalhou de modo obsessivo para criar identificações automáticas dos termos “Itália” e “italianidade” com os termos “fascismo” e “ideologia fascista”.

O regime usou maciça propaganda para garantir seus objetivos de uniformidade e nacionalismo. No que se refere especificamente ao problema nacional, foi atribuída grande importância ao esporte, particularmente ao futebol. Para tanto, introduziu-se, em 1934, a transmissão das partidas internacionais via rádio. Nesse ano, e também em 1938, a Itália sagrou-se campeã do mundo, o que foi aproveitado pelo fascismo para proclamar a união e a unidade dos italianos.

Aproveitando-se dos poderes de um Estado autoritário, o ditador Mussolini também trabalhou o problema da língua de forma mais efetiva que os governos anteriores. A proibição do uso dos dialetos em casa seria muito difícil, mas ele interveio para dificultar seu uso público, obrigando as pessoas a falarem, em escolas, quartéis e repartições públicas, o italiano, o que se constituía em um claro esforço para integrar um Estado e uma nação ainda fragmentados. Mussolini proibiu palavras estrangeiras que pudessem contaminar a “pureza” da língua italiana, incentivando a criação de alternativas locais. Foi quando *football* virou *calcio* e *handball* se transformou em *pallamano*.

Outros mecanismos também foram empregados para promover a nacionalidade italiana e a uniformidade. A pesquisa arqueológica da época romana, por exemplo, foi

incentivada, mas desde que chegasse à conclusão adequada, ou seja, a de uma continuidade entre os romanos e os italianos, o que reforçava a idéia da grandeza imperial italiana e a existência de uma “Itália eterna”. As obras arquitetônicas construídas a partir de então visavam a esse fim de dar profundidade histórica à nação italiana e ao fascismo.

Ao identificar a Itália com o regime e promover essa identificação incessantemente por meio da cultura de massa, da propaganda e da repressão aos dissidentes, o fascismo imaginou ter resolvido os problemas da identidade e da união dos italianos.

A Segunda Guerra Mundial e a guerra civil entre fascistas e “partigiani” de esquerda, que dividiu a Itália e os italianos, mostrou como essa uniformidade era ilusória e, a partir desse período, quaisquer pretensões de criar uma identidade “italiana” com base em ideologias políticas foram abandonadas. Do mesmo modo, as possibilidades de eliminar e reprimir os regionalistas e outras “ameaças” à nacionalidade italiana desapareceram com a derrota italiana na Segunda Guerra Mundial.

Ainda segundo Bertonha, depois da experiência com o fascismo, a Itália passou por uma reforma política. A transição foi de um modelo ditatorial para o modelo republicano. A maneira encontrada pelo novo governo republicano italiano para resolver o problema do regionalismo foi a concessão de amplas autonomias regionais. Essa manobra política ajudou a manter a unidade italiana frente à nova Comunidade Comum Européia que estava surgindo. O território italiano foi dividido em noventa e cinco províncias. Estas, por sua vez, foram agrupadas em vinte regiões: Piemonte, Vale d’Osta, Lombardia, Trentino Alto-Ádige, Vêneto, Friuli-Venezia Giulia, Ligúria, Emília Romanha, Toscana, Úmbria, Marcas, Lácio, Abruzzo, Molise, Campânia, Puglia, Basilicata, Calábria, Sicília e Sardenha.



Figura 2: A República da Itália hoje.

As regiões são entidades territoriais autônomas, que possuem autonomia jurídica própria. Cada região tem poderes para legislar sobre um número específico de matérias e autonomia financeira, desde que não contrastem com as leis da República. Elas podem, inclusive, apoiar iniciativas de defesa das culturas e dialetos regionais, o que era proibido pelo fascismo.

Foi criado, assim, um sistema de poderes relativamente descentralizado, mas em que a presença do Estado central é visível. De Roma, o Estado controla a essência dos recursos e dos poderes e mantém comissários nas regiões e nas províncias para acompanhar e aprovar, ou não, seus atos.

Enfim, é importante destacar a questão do catolicismo na Itália hoje. Bertonha escreve que “o Estado italiano, a partir de 1948, se definiu como laico e não-confessional, ou seja, sem uma religião oficial, a católica, como era antes. [...] Em boa medida, tal diminuição do poder católico na Itália é reflexo de um processo mais amplo que afeta toda a Europa ocidental, ou seja, a chamada descristianização do velho continente. [...] De qualquer forma, apesar dessa perda de influência, e por mais paradoxal que pareça, a Itália e a vida dos italianos ainda são indissociáveis do catolicismo. Traços típicos da cultura italiana, como o apego à família, a valorização das crianças, talvez tenham origem no universo do catolicismo, e ter o papa em seu território é algo impossível de ser ignorado. [...] Na verdade, parecem existir, hoje, duas Itálias convivendo lado a lado. Uma é tradicional, fortemente católica e supersticiosa. Esta convive com outra Itália, a moderna, dos carros novos, dos celulares, da

internet. Ambas convivem e se sobrepõem. No caso do sentimento religioso, essa sobreposição se dá justamente na manutenção do catolicismo como parte fundamental da vida (ir à missa às vezes, deixar o filho ir às aulas de religião na escola, etc.), mas sem levar muito a sério seus dogmas, o que pode confundir os estrangeiros, mas permite certa sobrevivência do antigo sem impedir o novo”. (Bertonha 2005, p.262-265)

## 2. A formação da italianidade brasileira

### 2.1. A casa fora de casa

Neste capítulo trabalho o processo da imigração italiana no Brasil. Busco expor a trajetória da cultura italiana, sua manutenção e suas mudanças através do tempo e como isso afeta as percepções dos descendentes no momento em que viajam à Itália.



Figura 3: Museu Nacional da Emigração, Roma, 23/01/2012.

Segundo Miriam Santos (2010, p.28), “os motivos que atraíram aquelas famílias para o Brasil estavam baseados nas condições de vida que tinham numa Europa em transformação, na qual, a Igreja católica perdia seu poder, a pobreza assolava os mais despossuídos, a Revolução Industrial e o capitalismo se expandiam enquanto visão de mundo e estilo de vida”.

Amado Luiz Cervo<sup>11</sup> (2011, p.93), descreve que “a vasta dimensão do território brasileiro e a inserção das atividades econômicas locais no movimento de expansão colonial e capitalista agiram como dois fatores na origem de fluxos migratórios desordenados, do século XVI ao século XX. A população brasileira integrou origens étnicas diversas. Escravos africanos, indígenas locais, portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses, árabes, chineses e outros grupos minoritários”.

A política migratória foi intensificada a partir de meados do século XIX, tomando o vulto de um fenômeno de massa a partir da política de Dom João VI. A escassa densidade

---

<sup>11</sup> Doutor em História pela Universidade de Estrasburgo e professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

demográfica assim como a necessidade de repor a mão de obra negra escrava, ameaçada pela iminência da abolição da escravatura, em um país de característica econômica agrícola, em seus tempos coloniais e de império, foram os motivos principais de atração do continente americano no desejo de receber o elemento europeu. O início da imigração européia no Brasil deu-se a partir do decreto de 25 de novembro de 1808, de Dom João VI, que permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade da terra. Essa providência foi tomada visando atrair para o país parte dos europeus que procuravam novas oportunidades na América (Seyferth, 1990, p.9).

O destino da imigração acabou por definir-se, na segunda metade do século XIX, de acordo com duas necessidades básicas: o povoamento, que orientaria a corrente para as chamadas colônias, de atividades isoladas e familiares, sobretudo no Sul do país e a economia agroexportadora, que a atrairia para as plantações de café concentradas em São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.

Thales de Azevedo (1982, p.55) expõe que “era antiga a opção por imigrantes alemães e italianos quando não se pudesse fazer a colonização preferencial pelos açorianos. [...] A preferência visava afastar súditos de nações que, pelo corso e pelas guerras da metrópole, ameaçavam a soberania lusa no Brasil. Chegava, pois, a vez dos italianos ainda que a península estivesse retalhada em reinos soberanos e somente em 1848 se delineassem os movimentos de formação de um reino único da Itália”.

Quando migraram para o Brasil, a Itália recém-unificada não possuía assim uma identidade nacional formada de “italianos”. Eles eram, antes, moradores de seus *paesi*, falantes de dialetos diversos, adoradores de seus santos específicos e cultivadores de hábitos distintos. Segundo De Boni<sup>12</sup> (1980), o idioma comum daquelas populações era o catolicismo. Foi na experiência migratória que se perceberam como iguais. Para Zanini (2007), foi “a colonização vista como um processo civilizador que permitiu àqueles indivíduos ‘fazerem-se a si mesmos’, ao menos, ideologicamente”. Sobre a religião ela escreve:

“[...] A religiosidade, naquele contexto, talvez tenha se tornado maior do que o era na própria Itália, uma vez que por meio dela é que extraíam de si mesmos forças para lidar com as adversidades cotidianas. Pelas crenças e pelos ritos religiosos

---

<sup>12</sup> Professor de Filosofia e Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

lembravam-se de quem eram, de onde haviam partido e quais os seus objetivos. Nas colônias, muitos permaneceriam camponeses, favorecendo a vivência de uma determinada religiosidade mesclada à terra e aos ciclos naturais. Contudo, aqueles que rumaram para as zonas urbanas desempenhando outras atividades também mantiveram a religiosidade como importante sinal adscritivo”. (Zanini, 2007, p.532)

O professor Cervo (2011, pp.94-95) relata que, segundo as estatísticas brasileiras, sobre um total de 5.603.682 imigrantes que o país recebeu entre 1820 e 1869, 1.767.986 foram portugueses, 1.607.888 italianos, 783.853 espanhóis, 295.669 alemães, 247.312 japoneses e outros 960.974. As décadas de maior afluência foram 1890-1899 (1.183.018), dos quais 670.508 italianos, 1910-1919 (863.714) e 1920-1929 (846.645). Nessas duas últimas décadas os portugueses somaram o maior número: 620.394.

As condições de viagem eram terríveis, mas certas facilidades foram sendo introduzidas, como o subsídio, a hospedagem gratuita por alguns dias na chegada. Em São Paulo, os imigrantes eram direcionados às plantações de café, onde seu salário era em boa parte extorquido ou sonegado por dívidas de viagem e outras obrigações acumuladas. Mas, somado à pequena produção familiar de subsistência e à venda de excedentes, permitia em dez anos, para muitos, a aquisição do primeiro pedaço de terra. Em 1920, 13.810 italianos eram proprietários de terras no Rio Grande do Sul, 11.825 em São Paulo (Cervo, 2011, p.97).

Em São Paulo o processo imigratório italiano foi diferente em relação ao Sul do país. Como dito acima, a grande atração de imigrantes italianos para São Paulo foram as fazendas de café. Estas, devido à grande expansão pelo oeste do estado e diante da crise do regime escravocrata, necessitavam de constante mão-de-obra.

Conforme Maria Thereza Petrone<sup>13</sup>:

“A corrente imigratória italiana para São Paulo confunde-se de tal maneira com a economia cafeeira que qualquer tentativa de desvinculá-las torna toda a problemática incompreensível. [...] Toda a política imigratória para São Paulo foi consequência dos reclamos dos fazendeiros de café por braços para suas lavouras, desempenhado o imigrante italiano papel de suma importância, não só porque mostrou que o trabalho livre era possível na lavoura de café, como porque com ele se definiu o sistema de trabalho assalariado, o assim chamado colonato. [...] É bom

---

<sup>13</sup> Maria Thereza Petrone. Professora de História do Brasil na USP (1987). Entre suas publicações: A Lavoura Canavieira em São Paulo – Expansão e Declínio 1765-1851; O Imigrante e a Pequena Propriedade: Imigração Assalariada; Imigração.

lembrar que enquanto no Sul do país a palavra colono designava o pequeno proprietário, em São Paulo tem um sentido diverso: trata-se do empregado assalariado da fazenda de café” (Petrone, 1987, PP.103-104)

O sul do Brasil oferecia vantagens significativas para aqueles que desejavam se instalar na região. A mais atraente dessas vantagens era a possibilidade de serem proprietários de terra, exatamente o grande sonho do imigrante europeu. Outro fator era o clima, muito semelhante ao clima europeu, que permitia a plantação de produtos já conhecidos, facilitando a adaptação das famílias. Tomamos aqui como exemplo da colonização italiana no sul do Brasil o caso da província do Paraná.

Quando esta província foi instalada em 1853 contava com 60.624 habitantes, distribuídos em núcleos formados inicialmente por interessados em encontrar ouro em seus rios, vivendo entre os municípios de Paranaguá e Curitiba (Furtado, 1985, p.73). O primeiro presidente da Província foi o advogado baiano e deputado provincial Zacarias de Góis e Vasconcelos que, ao assumir o cargo, manifestou sua principal preocupação administrativa: povoar o território paranaense.

Foi a partir da década de 1870 que a Província tomou fôlego com a criação de dezenas de colônias, iniciando o recebimento dos imigrantes e fixando-os em pequenas propriedades. Essa fase de colonização se deu conforme a nova estratégia adotada por Adolpho Laménha Lins que, ao assumir a Província do Paraná em maio de 1875, definiu por fixar os colonos próximos à capital - uma medida eficaz visando a suprir o mercado local de produtos agrícolas.

Em concordância com esta orientação, segundo a professora Altiya Balhana (1987, p.124), “[...] Ao contrário de outras regiões do Império, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar uma agricultura de abastecimento. [...] os governos da Província, nos anos seguintes, procuraram ativar planos de colonização baseados no estabelecimento de colônias agrícolas nos arredores de centros urbanos, com o objetivo de colocar sua produção junto aos mercados consumidores”.



O Jornal 19 de Dezembro, de 14 de abril de 1877<sup>14</sup>, publicou os itens da política de imigração, baseados no Relatório do Presidente Adolfo Lamenha Lins:

- “1. O governo fazia-os vir por sua conta, custeando a viagem da Europa ao Brasil e sustentava-os até que pudessem manter-se com o fruto do seu lote;
2. Medidos e demarcados os lotes de terras de cultura nos arredores da cidade. Traçadas as estradas, entregava-se um lote a cada família, com uma casa provisória, regularmente construída;
3. A cada colono maior de dez anos dava-se como auxílio de estabelecimento 20\$000 (vinte mil réis). Cada família recebia mais 20\$000 (vinte mil réis) para a compra de utensílios e sementes;
4. Logo que o colono se estabelecia era empregado na construção de estradas do núcleo, recebendo a ferramenta necessária, cessando então, a alimentação por conta do governo;
5. Em cada núcleo fundava-se uma escola e edificava-se uma capela, com exceção daquelas que, por serem muito próximas da cidade, dispensavam essa construção. Além do trabalho nas estradas do núcleo, encontrava o colono serviço nas obras públicas em geral;
6. Estabelecidos por esta forma, ficavam os colonos entregues à sua própria iniciativa, obrigados a pagar a dívida ao governo;
7. Essa dívida, em média, não excedia a 500\$000 (quinhentos mil réis) por família de 05 (cinco) pessoas, incluindo o preço das terras”.

A dívida dos imigrantes era paga em prestações e, somente após a liquidação, que ocorria vários anos depois, é que o colono recebia o título definitivo da terra. Boa parte das dívidas não foram cobradas porque muitos não tinham como pagar. A grande maioria dos imigrantes veio com esposa e filhos para receber uma propriedade agrícola e estabelecer-se como lavrador. Nem todos que vieram eram agricultores em seus países de origem, mas afirmavam sê-lo para que fossem incluídos nas listas de recrutamento. Um exemplo foram os imigrantes assentados na Colônia Affonso Pena, em São José dos Pinhais, entre tantas outras (Palú & Moletta, 2009, p.123).

Os imigrantes italianos que vieram para o sul do Brasil, na maior parte, eram da zona rural das regiões do Vêneto, Friuli e Trento. Eram pessoas pobres que faziam parte da classe

---

<sup>14</sup> Retirado do livro *Italianos no novo mundo*, registro local sobre a história da família Palú (Palú & Moletta, 2009, p.123).

camponesa e católica, e trouxeram consigo os usos, costumes e tradições que praticavam na Itália, muitos das quais ainda mantidas por descendentes da terceira e quarta geração, por herança *tramandata*, aquilo que se passa de geração em geração (Azevedo, 1982, P.215). Dentre as principais tradições que ainda se conservam até os nossos dias, estão a culinária, o folclore, a religião e as relações familiares.

De acordo com Zanini (2007, p.537), “a terra brasileira era a terra da fartura a ser por eles colonizada e cultivada. A brasilidade foi, de certa forma, construída atrelada à noção da terra como propriedade, da comida e da manutenção da ordem familiar. A comida, aliás, desempenhará um papel adscritivo fundamental na condição de colono<sup>15</sup> italiano”.

Outros papéis fundamentais na colonização italiana foram os da *solidariedade* e o das *sociedades e associações*. A maioria das associações foi de beneficência e mútuo socorro. Vinham depois os círculos operários e as sociedades culturais que se ocupavam das escolas. Segundo Thales de Azevedo:

“Estruturas permanentes, como associações profissionais de classe e de beneficência, de ajuda mútua e de assistência médica, bem como mantenedoras de escolas, cooperativas de produção, bandas de música ou grupos folclóricos, lojas maçônicas e clubes recreativos, irmandades religiosas, sociedades de concidadãos, até comitês locais de instituições sediadas na Itália e grêmios inspirados nas idéias de políticos italianos, surgem por todo o Rio Grande, onde quer que se encontrem núcleos de imigrantes italianos, caracterizando uma forte tendência à ação organizada e institucional. [...] estas começam como instrumento de solidariedade na luta pela vida no novo indeterminado ambiente e como foco de progresso por meio da escola e do cultivo do sentimento de italianidade” (AZEVEDO, 1982, p.217).

Azevedo (idem) descreve que “a Igreja e a religião não só realizam, aos olhos do imigrante, um micro-mundo italiano, como procuram controlar as agências de socialização como a escola, as associações beneficentes e a imprensa. Elas é que sustentam as tradições e muitas das lembranças da Itália. [...] As ondas de colonos que vão para os seminários e para os conventos masculinos e femininos, voltando a atuar na zona colonial como curas, missionários, bispos, educadores, catequistas, renovam simultaneamente a religiosidade, as

---

<sup>15</sup> Por colono, entende-se, de acordo com Seyferth (1993), aquele camponês do sul do Brasil que aciona uma origem distinta. Segundo a autora, a categorização jurídica de colono estrangeiro foi adotada como identidade de grupo. Fala-se, desta forma, de colonos italianos, alemães, poloneses, russos, entre outros.

tradições, a língua – que contribuem para unificar no ‘italiano de gramática’ – e, em certa medida, a italianidade”.

Seyferth (1986) aponta que as escolas étnicas do sul do país e as igrejas (tanto católicas quanto as protestantes) desempenharam um papel decisivo no fomento de uma consciência étnica que marcava esses grupos de descendentes de imigrantes como distintos da sociedade nacional abrangente.

Todas essas questões expostas até aqui - a religiosidade, o universo familiar e associações – ajudaram a constituir o jeito de ser dos imigrantes e suas gerações conforme o que Bourdieu (1980, p.88) chamou de *habitus*:

“[os *habitus*] são sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, funcionar como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor que se tenham em mira conscientemente estes fins e o controle das operações necessárias para obtê-los”.

O *habitus* caracteriza uma classe ou um grupo social em relação aos outros que não partilham das mesmas condições sociais. Bourdieu afirma que o “*habitus* funciona como a materialização da memória coletiva que reproduz para os sucessores as aquisições dos precursores” (1980, nota 4, p.91). O *habitus* é então o que permite aos indivíduos se orientarem em seu espaço social e adotarem práticas que estão de acordo com sua vinculação social.

Cada pessoa, por seus gestos e suas posturas, revela o *habitus* que o habita, sem se dar conta e sem que os outros tenham necessariamente consciência disso. Um bom exemplo no caso italiano é o ato de “falar com as mãos”, ou seja, através de gestos simultaneamente à linguagem falada. Um gesto mundialmente conhecido e atribuído subitamente à cultura italiana é o gesto de unir os dedos com a mão voltada para cima ao dizer *macche... (ma che cosa voi dire?)*.



Figura 4: Gesto italiano com o significado de questionamento.

Pela linguagem corporal, as características sociais são de certa forma “naturalizadas”: o que parece e o que é vivido como “natural” depende, na realidade de um habitus. Esta “naturalização” do social é um dos mecanismos que garantem com mais eficácia a perenidade do habitus.

Para Bourdieu (1980), o habitus não é um sistema rígido de disposições que determinam de maneira mecânica as representações e as ações dos indivíduos e que garantiria a reprodução social pura e simples. As condições sociais do momento não explicam totalmente o habitus, que é suscetível de modificações. A trajetória social do grupo ou do indivíduo, ou seja, a experiência de mobilidade social (ascensão ou queda de nível social, ou ainda a estagnação) acumulada por várias gerações e interiorizada, deve ser levada em conta para analisar as variações do habitus.

Tomando por exemplo esta prática corporal, podemos enfocar a questão da transformação do habitus ao longo da experiência da diáspora. De fato, por que os ítalo-brasileiros não usam mais esse gesto hoje em dia? Tanto a característica de “falar com as mãos” quanto o costume entre os homens de cumprimentar pais e amigos no rosto diminuiram significativamente no Brasil.

Tais transformações podem ser compreendidas com o conceito de assimilação, que, nos termos de Alba e Nee (2003:11), deve ser compreendido e definido como:

“o declínio de uma distinção étnica e de suas diferenças culturais e sociais resultantes. *Declínio* significa nesse contexto que tais distinções se tornam menos relevantes, que as ocorrências para as quais elas são significativas diminuem em número, e que, portanto, elas produzem efeitos sobre os domínios cada vez mais

restritos da vida social. As origens étnicas dos indivíduos tornam-se cada vez menos relevantes em relação a membros de outro grupo étnico (tipicamente, mas não necessariamente, o grupo étnico majoritário), e que indivíduos de ambos os lados da fronteira se vêem como cada vez mais parecidos, assumindo-se como similares em termos de algum outro fator crítico, como a classe social; em outras palavras, percebem-se mutuamente cada vez menos em termos de categorias étnicas, a não ser sob circunstâncias específicas”. (Alba e Nee *apud* Truzzi, 2012, p.534-535)

Nesse sentido, a trajetória social das gerações de descendentes italianos no Brasil passou por variações e mudanças ao longo do tempo. Uma dessas variações a afetar o *habitus* dos ítalo-brasileiros foi o bilingüismo italiano-português. A maioria dos imigrantes não sabia falar a língua italiana culta. O italiano standard que conhecemos hoje nada mais é que o dialeto toscano, o qual foi alçado à condição de língua oficial da Itália. Esse dialeto foi arbitrariamente escolhido devido ao prestígio cultural da Toscana. Os imigrantes, quando tinham conhecimento da língua italiana, limitavam-se a um “italiano popular”, típico de estratos baixos da sociedade italiana, no qual mesclavam a língua italiana com seus dialetos regionais.

No novo ambiente tiveram que absorver a língua portuguesa, pois era o instrumento de comunicação com os brasileiros. Muitas vezes, no primeiro contato com a língua portuguesa, os imigrantes de primeira geração, em razão de fatores como a idade avançada, contentavam-se com um conhecimento apenas razoável do português e delegavam aos filhos a função de se tornarem falantes nativos. Esses filhos eram freqüentemente educados em dialeto ou no italiano popular, caso os pais falassem dialetos distintos. O português, nestes casos, era a terceira língua a ser aprendida. É nesse contexto que uma ou outra língua passou a ser usada, dependendo do ambiente e com quem se estava falando. Um italiano bilíngüe usava o português para falar com um brasileiro, mas usava o italiano para se comunicar com seus conterrâneos. A língua ser usada dependia, portanto, de quem fosse o interlocutor.

A partir de 1937, a campanha de nacionalização patrocinada pelo Estado Novo exigia que os descendentes de italianos assumissem a brasilidade. Para isso,

“[...] foram fechadas escolas privadas estrangeiras que não quiseram aceitar a ‘brasilianização’. Deu-se ênfase ao ensino obrigatório de Português, de História e Geografia do Brasil e Educação Cívica. Eliminaram-se os símbolos da nacionalidade estrangeira (língua, bandeiras, emblemas políticos). A língua estrangeira foi proibida nas escolas, serviços públicos, militares e até nas inscrições de tumbas e lápides. [...] e obrigou-se que os jornais, revistas e avisos de loja, bem como serviços religiosos

fossem feitos em português. A campanha atingiu tal ponto que até violências físicas foram cometidas”. (PESAVENTO, 1980, p.192)

Então, “os imigrantes que pelo discurso oficial, a princípio, foram identificados como a chegada da civilização, passaram a sofrer diversas restrições no seu modo de ser” (RADIN, 1997, p.130).

A campanha de nacionalização da Era Vargas e, ainda, “o ingresso do Brasil na industrialização, modernização agrícola, urbanização, além da popularização da escola e dos meios de comunicação”, levaram a uma marginalização do ‘ser italiano’ e do ‘falar italiano’ (Radin, 1997). Nesse contexto, então, identificar-se como italiano tornara-se motivo de vergonha, e os colonos foram tomados por um sentimento de inferioridade em relação aos que moravam na cidade e que falavam o português. Falar italiano não era mais motivo de orgulho e sim “coisa de colono”, um estigma.

## 2.2. A renovação do elo com a Itália

Esse quadro de inibição começou a mudar a partir dos anos 1950 quando houve um resgate paulatino do funcionamento das associações, escolas e festivais.

Essa inversão de sentimentos, ora de orgulho, ora de vergonha, pode ser entendida a partir de Renk (1997) que afirma ter, a questão étnica, sempre uma emergência histórica:

“[...] Se há uma diferença entre os grupos é porque essa é construída, tem uma história, apareceu num certo momento, tem uma emergência histórica. O que separa os grupos ou comunidades étnicas não são as fronteiras biológicas, mas as fronteiras sociais. Isto é, aquelas criadas, recriadas, inventadas e reinventadas constantemente para apontar aqueles que pertencem a um grupo e aqueles que não estão incluídos (RENK, 1997, p.42).”

Assim, esse “resgate” étnico “[...] é verificado no aprendizado formal das línguas alemã e italiana, na formação de corais cujo repertório privilegia canções étnicas, com

festivais de gastronomia e danças contando com a presença dos respectivos cônsules em diversas localidades” (Renk<sup>16</sup>, 1998, p.07).

Um exemplo desses festivais é a Festa Trentina (em sua 12ª edição) que acontece no mês de maio na Colônia Santa Maria do Novo Tirol, em Piraquara, região metropolitana de Curitiba.



Figura 5: Festa Trentina, Piraquara-PR, maio de 2013. (fonte: uol notícias, foto de Bruno Oliveira)

A comemoração teve início com uma missa na Igreja Nossa Senhora da Assunção, que foi construída pelos imigrantes. Na saída da missa, os visitantes tiveram a oportunidade de rever a tradição da *desmontegada*. Em Trento, o gado passava o verão na montanha, e para voltar à cidade, era enfeitado e guiado pelos pastores, e eram recebidos com festa, exatamente como foi reproduzido na Colônia.

O grupo de folclore trentino de Rio do Sul, Santa Catarina, fez uma apresentação da dança típica, mostrando como os imigrantes italianos comemoravam as suas festas. Os visitantes puderam adquirir os produtos típicos como queijos, vinho, grappa e geleias,

---

<sup>16</sup> Arlene Renk é doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora da Universidade Comunitária Regional de Chapecó.

produzidos pela Associação Trento Transforma. Outra atração foi uma exposição com fotos antigas, mostrando eventos na colônia como festas e casamentos, além de casas e famílias.

Em 2009 Piraquara firmou o tratado de Gemellaggio ou Acordo de Cooperação Técnica de Fraternidade<sup>17</sup>, com os Municípios do Valle del Primiero (Trento - Itália). O tratado de cidades-irmãs tem como base o princípio de cooperação mútua entre as cidades, contando essencialmente com o apoio e intervenção das associações "Trentini Nel Mondo", de Trento, Itália e o Circolo Trentino di Curitiba. Os municípios do Valle del Primiero que fazem parte do gemellaggio são Fiera di Primiero, Canal San Bovo, Imer, Mezzano, Siror, Tonadico, Transacqua e Sagron.

Os acordos entre cidades-irmãs é uma característica que merece destaque nessa renovação do elo com a Itália. Estes acordos de cooperação internacional passaram a ser feitos entre cidades brasileiras com marcante presença da colonização italiana e suas respectivas províncias de origem na Itália, principalmente Vêneto e Trento. Embora esses acordos estejam mais focados na área comercial e tecnológica, é significativa a troca cultural que resulta deste contato.

Outra característica que merece destaque são o que Mirian Santos e Maria Zanini chamaram de agentes interétnicos. Segundo as autoras,

“Parte das memórias construídas e hoje narradas legitimamente toma como base alguns dos livros escritos e publicados por descendentes. Do nosso ponto de vista esses descendentes se transformam em agentes interétnicos que passam a desempenhar um papel muito importante na produção, circulação, consumo e também na legitimação das narrativas. Entre estes agentes, citam-se religiosos e religiosas, intelectuais, empresários, membros de entidades italianas e pessoas que tomam para si a tarefa de preservar e tornar visível a história e cultura de seus antepassados” (Santos e Zanini, 2010, p.32)

Zanini (2006) encontrou inúmeros guardiões de memórias familiares que se tornam responsáveis pela guarda de fotografias, certidões, passaportes, cartas, roupas, entre outros objetos dos antepassados. A possibilidade de obter dupla cidadania também, por vezes, promove a reconstrução da história familiar, uma vez que, para pleitear este direito, toda a

---

<sup>17</sup> Fonte: [www.trentininelmondo.com.br](http://www.trentininelmondo.com.br)



genealogia deve estar documentada e listada. Nestas buscas, muitas memórias acabam sendo trocadas, partilhadas, famílias se encontram e promovem festas juntas. Nestas festas, por vezes, reúnem-se centenas de descendentes de um mesmo antepassado imigrante, que passam a partilhar de um sentimento de pertencimento comum, o de descendente e o de “italiano”. Nesta produção de um passado comum, argumenta Zanini, em verdade, elabora-se um presente reinterpretado e novas possibilidades de relações futuras, com novos sentidos também.

A renovação do elo com a Itália é expressa de forma bem clara na construção das “árvores genealógicas”. A partir desse fato, evidencia-se que a família passa a ser concebida “em um sentido mais amplo, como uma descendência” (Woortmann, 1994, p.119), sendo a família percebida como uma “árvore”, construída a partir da escolha de um “patriarca, aquele, que, pela sua capacidade de luta no passado, foi responsável pelo êxito de seus descendentes hoje”.

Cria-se, desta forma, a metáfora da “expansão territorial familiar”, pela qual os parentes de longe, do Brasil ou do exterior, simbolizam o processo de expansão bem-sucedida dessa árvore. Para justificar e facilitar a aproximação com a Itália utiliza-se o discurso da origem e do sentimento, a renovação de um elo através da afinidade que possuem em comum. Em decorrência, surgem ações que buscam caracterizá-los, identificá-los como semelhantes, como é o caso da preocupação com o ensino e aprendizado da língua italiana.

Se outrora a língua italiana foi proibida de ser falada em público, agora ela se torna um elemento de reintegração. Muitas famílias passam a construir a árvore genealógica para solicitar a cidadania italiana e também começam a se preocupar em aprender a língua. Desta forma, passa a ser comum nos anos 1990 e na primeira década deste século, pais e filhos frequentarem juntos as aulas de língua e cultura italiana. Em outras palavras, a cidadania italiana passa a ser um empreendimento familiar, porém com interesses diversos para cada geração.

### 2.3. O retorno dos ítalo-brasileiros à Itália

Como vimos na introdução, alguns ítalo-brasileiros têm a sensação de se sentirem “em casa” na Itália ou de que a Itália representa uma casa para onde voltar. Esse sentimento pode alimentar a imaginação dos descendentes e servir, não raro, como um “gatilho” para uma viagem ao país de origem de seus antepassados.

Conforme o email da Neia (apresentado na introdução):

*[...] me senti em casa, transitando a pé, pelas ruas, conversando com as pessoas como se fizesse parte daquele mundo. O som das palavras, os gestos dos italianos, o contato com os italianos da região do Vêneto, quando fui à casa da família que pode falar dos meus antepassados, inclusive me mostrando a casa onde meu bisavô viveu, a cópia da certidão de batismo do meu nonno, foi algo para não esquecer jamais.*

Neia também relatou durante uma conversa informal que uma grande motivação para ela conhecer a Itália foram as novelas. Por exemplo, na década de 1990 a novela *Terra Nostra* motivou muitas pessoas a resgatar os laços com a Itália, alimentando principalmente a vontade de viajar àquele país. Recentemente a novela *Passione* também serviu de influência para aguçar a imaginação dos descendentes, normalmente os mais idosos.

Conversei em Curitiba com outros descendentes mais velhos, da mesma faixa etária que Neia (entre 50 e 60 anos), e de modo geral as novelas foram as grandes motivadoras para buscarem aprender a língua italiana com o objetivo de conhecer a Itália.

Raquel, Sandra, Renata e Carmo estudaram italiano comigo durante três anos no Centro de Cultura Italiana Paraná/Santa Catarina. Durante uma conversa recente com os quatro foi possível identificar um sentimento comum:

Renata comentou que “... a Itália é um sonho, um fantasma no coração, é saudade da infância que já passou e de uma casa a qual você não conhece, ou se conhece não mora...”. Todos os demais concordaram com Renata.

Para Raquel, Sandra e Renata as novelas foram fundamentais para despertar o interesse em conhecer a Itália.

Segundo Sandra, *“conhecer a Itália é só uma curiosidade, ver se eu encontro um pouco de mim lá, mas no fundo eu sei que a minha vida é aqui, sempre foi”*.

Raquel e Renata, de fato foram à Itália e o discurso de ambas se apresenta mais ambíguo.

Raquel fez o seguinte comentário:

*“Os italianos são estúpidos, grossos, me senti mal na Itália, gostei de conhecer outros países da Europa, fui bem tratada, mas a Itália foi uma grande decepção, ou melhor, os italianos foram uma grande decepção, a Itália é linda, por vezes me senti em casa lá...”*

Segundo Renata, *“os primeiros dias na Itália são agradáveis, é uma mistura de lembranças e fantasias, um mosaico onde tudo se mistura: passado, presente... quem sabe até o futuro... o problema da Itália são os italianos... para um país tão turístico eles recebem muito mal os turistas...”*.

O senhor Carmo lembra saudosamente *“estou aprendendo italiano porque faz parte da minha história, da minha família... meu pai, na falta de café bebia vinho logo cedo, as conversas à mesa, eu sinto falta daquela época... mas se for para ir conhecer a Itália é mera curiosidade, não me sinto italiano, não pretendo me tornar italiano...”*

O ponto em comum que pude observar entre os quatro é que nenhum buscava se tornar italiano, nenhum deles estava esperando pela cidadania. A questão central da conversa foi a curiosidade e o saudosismo. Para estas pessoas, talvez a Itália represente um espaço hoje onde se possa suprimir o tempo, a infância, trazer as memórias ao presente através da experiência de estar em um espaço que lembra um tempo que não existe mais.

Por outro lado, para os descendentes mais jovens, de terceira ou quarta geração, o processo de formação da italianidade é diferente dos mais velhos.

No final do email, o relato de Neia sobre sua sobrinha é um exemplo do roteiro que muitos descendentes fazem para solicitar a cidadania italiana, em razão das dificuldades expostas anteriormente.

*A minha sobrinha está em Bassano, residindo num Ostello, para conseguir o tempo obrigatório de residência<sup>18</sup> e poder encaminhar o pedido de cidadania italiana.*

Segundo Appadurai (1996, p.17), “nunca como agora tantas pessoas parecem imaginar rotineiramente a possibilidade de elas ou os seus filhos viverem e trabalharem em lugares diferentes daquele em que nascerem: é esta a fonte do aumento da taxa de migrações a todos os níveis da vida social, nacional e global”.

Em março de 2011 eu participei, em Curitiba, da formação do grupo de jovens do Comitê de Italianos no Exterior. Este Comitê funciona como uma representação da comunidade italiana que vive na circunscrição consular a que pertence. Através desse Comitê a comunidade pode, entre outras coisas, pedir a Roma a troca do cônsul ou embaixador se este não estiver correspondendo aos interesses. No caso, o consulado italiano de Curitiba abrange a circunscrição Paraná/Santa Catarina.



Figura 6: Formação do grupo de jovens do Comitê de Italianos no Exterior, em Curitiba, circunscrição Paraná/Santa Catarina (março de 2011).

---

<sup>18</sup> Três meses.

Segundo Herbert Gans (1979), entre os descendentes de imigrantes da terceira ou quarta geração, há um novo envolvimento étnico que enfatiza o sentimento identitário de se sentir judeu ou italiano, por exemplo. Como as necessidades identitárias não são nem intensas e nem freqüentes nesta geração, os descendentes não sentem a necessidade de pertencerem a associações culturais ou organizações étnicas. Eles recorrem então a símbolos étnicos, de tal forma que a etnicidade torna-se uma etnicidade simbólica. Os símbolos que os descendentes da terceira geração usam para expressar sua identidade são mais visíveis do que as associações culturais da primeira e segunda geração. O que parece ser um ressurgimento étnico na verdade pode ser apenas uma forma mais visível de um fenômeno há muito tempo em processo ou uma nova fase de aculturação e assimilação.

As reuniões do grupo foram inicialmente feitas em restaurantes italianos. Entre eles, poucos falavam a língua italiana, porém, todos se denominavam italianos. Esse é um ponto interessante, pois “[...] o grupo étnico toma alguns traços culturais para definir-se enquanto tal, para realizar seu trânsito no mundo social e na convivência com outros. Esses traços podem receber o nome de idiomas da etnicidade” (RENK, 1997, p.41)

Novamente, Gans (1979, p.10) argumenta que “bens de consumo, notavelmente a comida, são fontes para símbolos étnicos, e nas últimas décadas a indústria alimentícia desenvolveu uma grande variedade de pratos étnicos de fácil preparo”.

É importante esclarecer que alguns idiomas da etnicidade podem ser a língua, a alimentação, a religião e outros traços escolhidos. Estes têm sido buscados/criados consideravelmente por grupos de descendentes de italianos. No caso do grupo estudado, encontrar-se em restaurantes passou a ser algo simbólico para esses jovens, normalmente de quarta geração, que expressam a italianidade através desses encontros.



Figura 7: Lembranças trazidas da Itália por uma descendente.

Outro exemplo da etnicidade simbólica observado nesse grupo foram as roupas e objetos usados. Para alguns que já tinham viajado para a Itália, era comum vestirem roupas compradas em pontos turísticos com o nome Itália em destaque e objetos como chaveiros e outras lembranças. Todos os presentes se interessavam em ouvir as histórias de como foram comprados aqueles objetos, as roupas, onde era mais barato, etc. O que tornava o jantar uma grande narrativa de viagem, alimentando o imaginário dos que ainda queriam conhecer a Itália e fortalecendo uma referência imaginada à Itália no discurso dos narradores como se fossem embaixadores daquela terra tão quista e querida. Quanto a isso, Gans (1979, p.10) ilustra que “os velhos países (de origem dos imigrantes ancestrais) são particularmente úteis como símbolos identitários, já que estão longe e não podem fazer demandas árduas aos descendentes americanos”.

Segundo Gans (1979) a etnicidade simbólica pode também tomar uma forma política. É o que se observa na busca pela cidadania italiana. Para muitos descendentes, possuir o passaporte italiano é muito mais importante e significativo hoje em dia do que participar de uma organização cultural como membro efetivo e contribuinte. Gans (1979, p.8) argumenta que a etnia é ainda identificada pelos outros, particularmente quanto ao nome, porém as expectativas comportamentais que acompanhavam a identificação decaíram bastante de tal

forma que os descendentes podem escolher quando e como acionar papéis (performances) étnicos.

Durante uma conversa informal com um desses jovens, Girolomo Variola, ele comentou que *“a cidadania é importante para nós descendentes de italianos porque estamos vivendo um processo de globalização. Quero ir à Itália com a dupla cidadania porque assim tenho a possibilidade de estudar, trabalhar e ficar lá o tempo que eu quiser... o tratamento é bem diferente... posso viajar por toda a Europa como cidadão europeu sem nenhuma complicação... afinal, eu sou italiano!”*.

A cidadania italiana torna-se, portanto, o passaporte, o meio de facilitar acesso à União Européia, não se remetendo apenas à Itália, mas através da Itália. Sem esse vínculo o cidadão não teria livre trânsito e tampouco a possibilidade de permanência em outros países da União Européia, além dos três meses permitidos aos turistas.

Segundo a revista *Insieme*<sup>19</sup> de outubro de 2012, são 244.330 os processos ou requerimentos individuais dos ítalo-brasileiros que aguardam o reconhecimento da cidadania italiana por direito de sangue nos consulados italianos que operam no Brasil.

Não há dados disponíveis atualizados, mas calcula-se que os cidadãos residentes no Brasil, nascidos na Itália ou com cidadania italiana reconhecida, sejam algo em torno de 400.000 atualmente, de um total calculado de ítalo-descendentes de cerca de 30 milhões, que hipoteticamente teriam igual direito pelo que dispõem as constituições italiana e brasileira.

Sobre o tempo para a obtenção do reconhecimento da cidadania italiana por direito de sangue no Brasil, calcula-se que o consulado de São Paulo levará 55 meses; o do Rio de Janeiro, 84 meses; o de Porto Alegre, 80 meses; o de Curitiba, 62 meses; o de Belo Horizonte, 55 meses; o de Recife, 24 meses e o de Brasília 70 meses. É essa realidade que tem empurrado muitos interessados a viajar para a Itália e, lá residindo durante algum tempo, realizar o processo de reconhecimento da cidadania italiana por direito de sangue a que têm direito.

---

<sup>19</sup> Revista bilíngüe italiano-português de circulação nos estados de Santa Catarina e Paraná.

A atribuição da nacionalidade italiana pode ocorrer em via originária e por via derivada, por isso é importante traçar uma distinção entre “reconhecer” e “adquirir” a nacionalidade italiana.

Os casos de atribuição da nacionalidade italiana em via originária remetem ao reconhecimento automático através do nascimento do indivíduo filho de italiano e pelo caso específico da adoção de menor de idade. Em referência ao descendente de italianos, não se adquire a nacionalidade italiana por via derivada, pois ela é transmitida diretamente ao descendente através do direito de sangue, *ius sanguinis*, pelo qual se mantém o vínculo nacional através das gerações, a título originário, conforme era definido pelo artigo 1 da lei italiana 555/1912 e atualmente pelo artigo 1.1, letra “a” da lei 91/1992.

Este critério é de caráter extraterritorial, utilizado geralmente por países de emigração e objetiva conceder a nacionalidade ao indivíduo com base na origem de seus genitores, pouco importando o local de nascimento. O direito de sangue permite a manutenção do vínculo do indivíduo com o Estado de origem pela lei que sanciona a transmissão da nacionalidade. Por esse princípio, portanto, todas as pessoas que possuem um ascendente italiano também são nacionais italianos porque conservam vínculos com a nação de origem, se nenhum dos indivíduos na linha genealógica precedente tenha renunciado expressamente a sua nacionalidade de origem.

Porém, para que o requerente possa gozar deste status, deve ter reconhecida a sua condição de nacional por autoridade italiana competente, construindo a sua árvore genealógica e fazendo prova documental através das certidões de registro civil (nascimento, casamento, óbito) dos seus antepassados até chegar no imigrante italiano.

A nacionalidade italiana não se perde com o tempo, pois é imprescritível, ou seja, a legislação não prevê a caso do descendente nacional italiano perder o status por falta de pedido de reconhecimento à autoridade competente: o direito se mantém latente até que seja exercitado por ação voluntária do interessado.

Os mais jovens vêm na Itália a ampliação das possibilidades de aperfeiçoamento de estudos e trabalho. A partir disso, passam não só a viajar e conhecer a Itália, mas buscar a cidadania italiana e, em consequência o passaporte italiano que oferece a vantagem de entrar



nos Estados Unidos sem a necessidade de solicitar visto, para viagens de até 90 dias. A Itália faz parte do *Visa Waiver Program*<sup>20</sup> (em português: Programa de Isenção de Visto) do governo americano, do qual o Brasil não faz parte. Além de, conforme mencionado anteriormente, se tornar também o meio de acesso à União Européia, não se limitando apenas à Itália, mas através dela, possibilitando o livre trânsito e permanência em outros países. Já os mais velhos buscam uma experiência na Itália para o que até então fazia parte da imaginação, enfim, realizar um sonho de conhecer suas origens familiares.

\*\*\*

Recapitulando, quando os imigrantes italianos chegaram ao Brasil no século XIX, eles viam na migração a solução para dias melhores. Como a Itália estava passando pelo processo de unificação, eles se descobriram, ou melhor, se fizeram italianos aqui, em contraste aos imigrantes de outras nacionalidades que daqui também faziam suas novas casas.

Uma característica significativa para a formação da italianidade brasileira foi a associação em sociedades de mútuo socorro, tendo a solidariedade como promotora das relações sociais e o catolicismo como linguagem comum. A campanha de nacionalização do Estado Novo acabou por suprimir essas associações e impondo a língua portuguesa em detrimento de línguas estrangeiras. Fato esse que prejudicou a manutenção das relações sociais e conseqüentemente o *habitus* das comunidades italianas no Brasil.

Após a redemocratização do país e da estabilização econômica monetária, as associações passaram lentamente a se refazer, porém não mais com a grande participação de outrora. Houve uma forma de resgate cultural, mas desta vez o elemento agregador da etnia não seria mais o catolicismo e sim a língua italiana e a própria cidadania através da busca oficial pelo direito de sangue em consulados. A forma de expressão da italianidade passa a ser, em muitos casos para os mais jovens, marcar uma etnicidade simbólica, na qual se destaca a visibilidade e a praticidade.

Devido ao grande tempo de espera pelo reconhecimento da nacionalidade italiana nos consulados, muitos descendentes optam por solicitar a nacionalidade diretamente na Itália,

---

<sup>20</sup> Disponível em: [http://travel.state.gov/visa/temp/without/without\\_1990.html](http://travel.state.gov/visa/temp/without/without_1990.html) Acessado em 15/08/2013.

processo que leva em torno de três meses. Chegando à Itália, como veremos no próximo capítulo, os descendentes se deparam com um contexto cultural o qual os obriga a cruzar imaginário e realidade, afinidades e estranhamentos, enfim, passado, presente e futuro.

### **3. Sobre espaço e tempo**

#### **3.1. Discursos contemporâneos da italianidade na Itália**

Neste capítulo eu busco contextualizar o campo de embates acerca da identidade e do pertencimento à nação na Itália atual, uma vez que é justamente nessa conjuntura social que os descendentes entram em contato quando chegam à Itália, seja apenas para conhecê-la ou residir à espera da cidadania.

Ao discorrer sobre a identidade italiana hoje, Bertonha (2005, p.70) aponta o que ele chama de “nacionalismo dos ricos” como o motor de uma nova forma de nacionalismo. Segundo ele são as regiões ricas que não querem mais sustentar as áreas menos desenvolvidas de seus próprios países. De fato, não são os originários das regiões pobres, como a Calábria na Itália ou a Andaluzia na Espanha que querem independência, mas sim as prósperas regiões da Lombardia e Catalunha respectivamente.

Essas regiões, independentes formal ou informalmente, não teriam mais de subsidiar as regiões menos desenvolvidas e poderiam se livrar de problemas de seu Estado-nação atual que não consideram seus sem perder o mercado mais amplo. No caso da Europa ocidental, só é possível e viável pensar na independência da Escócia, da Galícia ou do vale do Tirol porque, mesmo independentes, esses países e regiões continuariam integrados à economia mundial e, de modo mais específico, à União Européia. Isolados econômica e politicamente, seriam inviáveis, porém, com a perspectiva de integração a um espaço maior, poderiam pensar em sair de seus antigos Estados. Não surpreende, assim, que todos os movimentos que defendem a autonomia ou a independência de regiões ou povos europeus reafirmem, ao mesmo tempo, sua adesão ou permanência na União Européia.

Bertonha segue seu raciocínio expondo que na esteira dessas grandes mudanças do contexto mundial e pensando especificamente na Itália, focos de separatismo surgiram na Sardenha, na Sicília, entre outros locais e, sobretudo, no Tirol do Sul. Planos de separar a província começaram a reaparecer nos noticiários na década de 1990, porém, recentemente, com a idéia de fazer do Tirol uma “Euro-região”, que reuniria o território entre Innsbruck na Áustria e Trento na Itália. Por enquanto, tais propostas continuam no campo das idéias, mas

indicam um pouco o padrão do novo nacionalismo da Europa de hoje: regionalista e internacionalista ao mesmo tempo.

É mais fácil compreender o que significa esse novo nacionalismo da era da globalização no contexto específico da sociedade italiana, contudo, quando examinamos e seu representante mais expressivo, ou seja, a *Lega Nord* (Liga Norte). Fundada na década de 1980, a Liga Norte tinha como objetivo central separar a região centro-norte da Itália fundando a “Padânia”, nome dado pelos romanos ao vale do rio Pó, ou no mínimo, garantir a transformação da Itália em uma República federativa.

É interessante observar como o discurso atual da Liga Norte está ajustado ao novo “nacionalismo dos ricos” mencionado anteriormente. Ela propõe a formação de uma União Européia confederada, mas na qual cada país conservaria sua soberania. Uma Europa de nações e não um “superestado” europeu. No entanto, essas nações européias também perderiam poderes em favor das regiões. No caso italiano o país seria dividido em duas ou mais regiões autônomas frouxamente unidas num Estado italiano enfraquecido. Uma delas seria o Norte, a “Padânia”, com ampla autonomia em várias esferas e, seguramente, com maior parte do bolo dos impostos.

Para os adeptos da Liga, os italianos do Sul são inferiores cultural e mesmo racialmente e os italianos do Norte estariam mais próximos de seus vizinhos austríacos e suíços do que da Sicília ou de Nápoles. Razão para uma releitura da História que não vê com bons olhos o *Risorgimento* e valoriza, por exemplo, o período em que o Vêneto e a Lombardia fizeram parte do Império Austríaco.

Bertonha finaliza seus argumentos sobre a identidade italiana hoje dizendo que, após 150 anos de esforços, poucas pessoas questionariam se, para recordar as palavras de Massimo d’Azeglio, os italianos hoje estão “feitos”. Há uma identidade italiana que reúne todos os nascidos entre a Sicília e a Lombardia e que está consolidada. No entanto, as identidades regionais nunca foram eliminadas e a tensão entre Norte e Sul parece ser uma constante na história da Itália. Para completar, a própria construção de uma identidade européia traz novos problemas à definição do que é ser italiano.

Aqui se faz presente um ponto importante sobre as formas de expressar a italianidade. Recapitulando: durante o período de unificação, estudado anteriormente, os esforços estavam direcionados a construir uma comunidade nacional, segundo Weber, ou, segundo Anderson, uma comunidade imaginada; já no século XX, em outro momento, o fascismo foi, *grosso modo*, uma imposição do Estado de como os italianos deveriam ser. O que apresento agora é um tópico muito explorado a partir da década de 1960, principalmente por jornalistas: a questão do caráter nacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e a fundação da Comunidade Econômica Européia (mais tarde União européia) em 1957 através do Tratado de Roma, essa noção de que os italianos tinham um caráter comum serviu como um discurso atualizado do projeto de nação. Onde o passado falhou, com suas guerras e ideologias nacionalistas, o presente trazia ao povo italiano uma abordagem bem mais familiar e suave.

O foco principal do discurso sobre a existência de um caráter nacional é que ele tenta expressar a etnia de um povo. Para Stuart Hall (1999, p.62) “etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimentos de lugar – que são partilhados por um povo”.

A identificação étnica diz respeito à forma como qualquer sujeito ou pessoa lança mão de determinados termos tais como os culturais, políticos, raciais, religiosos, nacionais, etc, que estão ao seu dispor, com o objetivo de criar vínculos de identificação contrastiva e, assim, se opor a outros grupos ou coletividades sociais. É nesse sentido que Roberto Cardoso de Oliveira enfatiza que “melhor poderemos dar conta do processo de identificação étnica se elaborarmos a noção de identidade contrastiva” (Oliveira, 1976, p.5).

Neste contexto, o que se observa na Itália hoje é uma representação identitária contrastiva expressa através do “nacionalismo dos ricos” ao norte em oposição à pobreza vivida pelos italianos do sul.

Outra forma de representação identitária contrastiva é a questão imigratória vivida na Itália a partir da década de 1990, especialmente a imigração clandestina. Esta é uma questão complexa, pois a Itália foi por muito tempo conhecida por ser um país que “exportava gente”, lidar com a imigração foi um problema totalmente novo, ainda mais tendo o Papa no “jardim de casa”: a posição oficial da Igreja Católica sobre o assunto é de que todos têm o direito de migrar.

Segundo Ambronsini<sup>21</sup> (2011, p.17), a definição de imigrante proposta pelas Nações Unidas é uma pessoa que se transfere para um país diferente daquele de sua residência habitual e vive nesse país por mais de um ano. A definição proposta inclui três elementos: a) o atravessamento de uma fronteira nacional e o estabelecimento em outro país; b) o fato deste país ser diferente daquele em que o indivíduo nasceu ou viveu durante o período anterior à transferência; c) a permanência prolongada no novo país fixada em pelo menos um ano.

Ambronsini (2011, p.126) vê na imigração um desenvolvimento de “economias étnicas” na Itália. Significa que o sistema econômico produtivo e a própria organização social do país obrigam os estrangeiros a serem autônomos. Isso representa historicamente o principal canal de mobilidade social.

Os imigrantes e descendentes acabam seguindo assim uma corrente de formação de “mercados étnicos”. Segundo o autor, esse mercado funciona à base de um “comércio nostálgico”, vendendo produtos e mercadorias originárias dos países de origens dos imigrantes. Em outros casos há uma especialização comercial: por exemplo, os africanos trabalham freqüentemente em barracas de mercados de rua; os chineses abrem lojas familiares do tipo 1,99; e árabes abrem os famosos *Kebabs* (sanduíches feitos com carne de cabra e outras especiarias).

Os últimos dados estatísticos expostos por Ambronsini (2011, p.128) constataam cerca de 213.000 imigrantes na Itália com alvará de alguma atividade independente (revista Caritas-Migrantes 2010), um grande aumento para tempos de recessão. Quase um quarto dos imigrantes autônomos (50.000: 23,3%) operam na Lombardia, 26.000 na Toscana (12,4%), 24.000 na Emilia-romagna e Piemonte (11,4%), 21.000 no Vêneto. Entre as nacionalidades, os marroquinos estão em primeiro lugar (35.308 titulares), seguidos dos romenos (32.452), chineses (30.976) e albaneses (22.611).

---

<sup>21</sup> Maurizio Ambronsini é professor de sociologia dos processos migratórios na Universidade de Milão.

Este é o contexto étnico-social da Itália hoje: a persistente divisão entre o norte rico e o sul pobre, e o recente fenômeno da imigração a qual vem transformando o país em um sistema interétnico<sup>22</sup>.

Não está acontecendo na Itália uma amálgama, pelo contrário, as fronteiras sociais (entre norte rico e sul pobre, e entre imigrantes e italianos) são visíveis e bem definidas.

Ao conversar em 2012, durante meu trabalho de campo, com dois árabes proprietários de *Kebabs*, um na cidade de Castelraimondo e outro na cidade de Fabriano, ambos relataram que normalmente são os estrangeiros que entram em lanches árabes, os italianos raramente entram, e quando entram são jovens gazeando aula, os mais velhos “passam reto sem nem olhar”.

Na cidade de Cortona, uma chinesa proprietária de um *bed & breakfast* comentou que mora na cidade há dezessete anos. Durante esse tempo recebeu vários amigos italianos para almoçar, tomar café e conversar na sua casa, porém, nunca em todo esse tempo foi convidada para ir à casa de um deles.

Neste ponto é interessante fazer uma reflexão: é possível um chinês, um árabe ou um africano, ser visto como italiano? Isso talvez leve três ou mais gerações, porém, para africanos e árabes a distância de seus países de origem é tão pouca que o retorno é muito provável, o que facilita a distinção, ou seja, a dificuldade de aculturação e adaptação é mais difícil devido à fácil mobilidade de retorno. Para os chineses, embora seu país de origem seja mais longe, a reclusão em seu próprio grupo étnico é tão característico desses imigrantes que eles mesmos não se vêem como qualquer denotação outra que chinês.

Considerando todo o contexto já exposto e na contramão do nacionalismo dos ricos, encontram-se escritores que tentam construir um sentimento de integridade italiana através do

---

<sup>22</sup> Entende-se por sistema interétnico, segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p.01), “as relações que têm lugar entre indivíduos e grupos de diferentes procedências nacionais, raciais ou culturais” e ainda “[...] num sistema interétnico é natural que emerga o que se poderia chamar de ‘cultura do contato’ – expressão que preferimos em lugar do consagrado ‘sistema intercultural, uma vez que este costuma representar uma amálgama, uma mistura genérica de coisas diferentes, indeterminada, muitas vezes descrita como uma resultante de ganhos e perdas (aculturação) entre sistemas culturais em conjunção” (OLIVEIRA, 1976, p.21).

discurso de um caráter nacional. Desta forma a Itália não estaria dividida entre ricos e pobres, mas unida sob uma cultura nacional. Afinal, como afirma Hall (1999, p.50) “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”.

Segundo Luigi Barzini (1964), em sua obra *Gli Italiani* (Os Italianos), seria impossível encontrar características que servissem para homogeneizar completamente todos os habitantes da Itália. No entanto ele considerava que certos hábitos, traços e tendências estavam presentes na maioria dos italianos, formando um conjunto de especificidades nacionais que chamava de  *cose all'italiana* (coisas à italiana). Para Barzini, no decorrer dos séculos, os italianos teriam sido invadidos, agredidos, humilhados e reduzidos à condição de servos de outros povos. Como resultado, teriam desenvolvido um sistema próprio de sobrevivência, baseado na ênfase na família (única estrutura confiável), no ceticismo perante o Estado e os grandes ideais e na criação de uma sociedade do espetáculo, em que a ênfase na arte, na cultura e na vida frívola e agradável serviria para mascarar a dura realidade.

“O primeiro centro de poder é a família. A família é uma cidade murada em território hostil: entro os seus muros e seus moradores, o indivíduo encontra consolação, socorro, conselho, alimentação, empréstimos, meios, armas, aliados e cúmplices que o ajudam em seus empreendimentos. [...] Os estudiosos sempre reconheceram na família a única instituição fundamental do país, a criação espontânea do gênio nacional, adaptada com o passar dos séculos às condições mutáveis, o verdadeiro fundamento do ordenamento social, qualquer que seja de tempos em tempos. Em efeito, a lei, o Estado e a sociedade funcionam somente se são aceitos pelos supremos interesses da família. [...] Alguém disse uma vez que a Itália não é uma nação mas uma federação de famílias.”<sup>23</sup> (Barzini 2008, p.258)

A partir daí emergiriam os traços da vida e da sociedade italianas invejadas pelos estrangeiros (o cotidiano agradável, os prazeres, a arte, etc), assim como seus defeitos, nunca corrigidos, que levavam esses mesmos estrangeiros a desprezar os italianos, como a

---

<sup>23</sup> “Il primo centro di potere è la famiglia. La famiglia italiana è una cittadella in territorio ostile: entro le sue mura e tra i suoi componenti, l'individuo trova consolazione, soccorso, consiglio, nutrimento, prestiti, mezzi, armi, alleati e complici che lo aiutano nelle sue imprese. [...] Gli studiosi hanno sempre ravvisato nella famiglia l'unica istituzione fondamentale del paese, la creazione spontanea del genio nazionale, adattata nel corso dei secoli alle mutevoli condizioni, il vero fondamento del predominante ordinamento sociale, qualunque esso sia di volta in volta. In effetti, la legge, lo Stato e la società funzionano soltanto se sono bene accettati e non ostacolano direttamente i supremi interessi della famiglia.[...] Qualcuno ha detto che l'Italia non è una nazione ma una federazione di famiglie”.



corrupção, a pobreza, o clientelismo, a ignorância, o oportunismo, as diferenças entre o Sul e o Norte, etc. Barzini via essa situação com tristeza e considerava que poucas pessoas conseguiam ver a dor e a angústia que se escondia atrás das belezas da Itália.

O jornalista italiano Beppe Severgnini (2010), em seu livro *La testa degli italiani* (A cabeça dos italianos), descreve alguns traços culturais que considera comum entre os italianos. O destaque inicial do livro é que a Itália dos turistas não é a Itália dos italianos. A razão é um tanto simples: os turistas buscam interesses específicos, como os monumentos, as obras de artes, a arquitetura, por exemplo, e depois vão embora. Os italianos, por sua vez, têm que viver em um verdadeiro labirinto que se esconde atrás das belezas da pátria.

Para Severgnini, é exatamente a beleza que predomina na prioridade dos italianos. Severgnini argumenta que os italianos dão mais valor à beleza que à praticidade. Isso revela um país de grande beleza, mas que não funciona. Um país onde os policiais usam uniforme desenhado por Giorgio Armani, mas que possui uma polícia historicamente conhecida por sua de corrupção. Esse tema é abordado pelo também jornalista e escritor Roberto Saviano (2011) no seu livro “A beleza e o inferno”. O autor narra o contraste dos italianos em viver num dos países mais belos do mundo e ter que conviver com a máfia, organização criminosa que teve sua origem no sul da Itália e foi “exportada” para o mundo.

No decorrer do livro, assim como Barzini, Severgnini também fala sobre a família italiana. Relata que a família é o centro da vida quotidiana. Ela funciona como banco, como seguradora, como uma agência de trabalho através de uma rede de indicações e troca de favores entre famílias, como um mercado onde nada se vende mas tudo se troca, e, finalmente, como asilo para os idosos. Essa dependência da família acabou gerando nos italianos uma imagem de mimados, sensíveis, críticos e autocríticos, caseiros, pacíficos e generosos ao ponto de se tornarem ingênuos.

O escritor Erri de Luca, durante uma entrevista recente para a rede de TV italiana RAI, comentou que “a italianidade está tão fortemente ligada aos laços e às redes familiares simplesmente porque os italianos não acreditam no Estado”. Percebe-se aqui a presença marcante do nacionalismo étnico, ou seja, que a idéia de nação entre os italianos não é uma idéia cívica e sim étnica. Seguindo este raciocínio, o fio que uniria essa grande rede familiar

superando os regionalismos e fazendo da Itália uma nação seria justamente o discurso de que existe um caráter nacional, de que os italianos se comportam muito parecidos uns aos outros.

Servegnini descreve também os pontos de encontro públicos, como as praças, as cafeterias e os bares. Ele descreve um fenômeno conhecido como *far niente* (ficar sem fazer nada): o simples fato de bater papo ou caminhar pela praça sem pressa nem compromisso. Barzini chama esse fenômeno de uma virtude nacional e que “os estrangeiros procuram a Itália para tirar férias dos seus próprios empenhos morais (Severgnini, 2010, p.241). O escritor termina o livro sem concluir o que seria um caráter tipicamente italiano, mas deixa claro alguns elementos visíveis: a valorização da beleza em detrimento da praticidade, o oportunismo através das redes familiares em detrimento do esforço competitivo e a simplicidade de reservar alguns momentos para não fazer nada.

A também jornalista Silvana Patriarca (2010, p.271), em seu livro *Italianità – La costruzione del carattere nazionale* (Italianidade – a construção do caráter nacional), argumenta que o discurso do caráter nacional teve sua origem como produto do projeto de nação durante o século XIX e suas aspirações a um regeneração nacional. No início, à época do Ressurgimento, o foco ideológico desse discurso era a supremacia cultural da Itália misturado a fortes críticas aos ‘vícios’ dos italianos como povo. Esses vícios, de modo geral, eram a preguiça, o individualismo, a malandragem e o mimo. Durante o período fascista, o discurso do caráter nacional teve o foco de disciplinar os italianos. O objetivo do regime fascista era eliminar esses “vícios” e transformar os italianos em um povo de caráter, ou seja, um povo dotado de moral, de disciplina e, principalmente, de amor incondicional à pátria. Esse projeto falhou. Hoje o discurso sobre a italianidade, do modo geral, está focado na Itália multicultural, às possibilidades de inclusão cultural dos imigrantes e na aceitação dos italianos diante desta nova realidade. Este discurso é um processo ainda em andamento.

O ponto comum entre esses autores (Barzini, Patriarca e Severgnini) e seus pontos de vista sobre o caráter nacional é que o caráter se tornou um denominador comum sobre a italianidade. Tendo em vista que os regionalismos permanecem, a tentativa de expressar a identidade nacional encontrou no caráter uma forma de dizer: no fundo somos todos iguais, somos italianos porque nos comportamos da mesma forma de Norte a Sul, temos vícios e qualidades em comum... É isso o que nos faz italianos.

Visto do lado de fora, por estrangeiros, a questão da italianidade pode parecer um pouco mais simples de se abordar do que pelos próprios italianos. Para John Prideaux, jornalista da revista inglesa *The Economist*<sup>24</sup>, a Itália se tornou um lugar difícil de se apaziguar no mundo: amedrontada pela globalização e pela imigração. A Itália escolheu políticas que favorecem os idosos e desfavorecem os jovens. Isso combinado com uma aversão à meritocracia leva jovens talentos a procurar trabalho no exterior, fenômeno conhecido como “a diáspora de cérebros”. Além disso, a Itália falhou em reestruturar suas instituições e sofre com desgastantes conflitos de interesses no judiciário, na política, na mídia e nos negócios. Esses problemas afetam a nação como um todo e não uma ou outra província. Para Prideaux, chegou o momento de a Itália parar de culpar os mortos por suas dificuldades, mas despertar e tomar um gole do maravilhoso café que eles sabem fazer.

Nesta última frase o jornalista John Prideaux faz uma crítica à persistente mania de os italianos culparem seus problemas atuais às falhas cometidas à época da unificação da nação. O que os italianos precisam aprender a fazer é olhar para o que está feito e tirar o melhor disso para o futuro.

Seja através do nacionalismo étnico seja através do discurso sobre um suposto caráter nacional, o fato é que a italianidade encontra expressão por esses meios. Os italianos hesitam, no entanto, em aceitar que essa italianidade pode ser plural, incluindo os imigrantes.

---

<sup>24</sup> Edição de 9 de junho de 2011.

### 3.2. Travessias e olhares



Figura 7: Passeio em Florença com os alunos da escola Edulíngua durante a minha primeira viagem em novembro de 2010. Foto tirada em frente ao museu Casa de Dante. Acredita-se que quem coloca a mão sobre a parede onde fica o busto de Dante Alighieri aprenderá muito bem a língua italiana.

É nesse campo de embates, exposto no item anterior, que os ítalo-brasileiros chegam à Itália em busca de suas origens. Durante a minha primeira viagem à Itália em 2010, eu observei que as primeiras impressões estão ainda fortemente ligadas à projeção que cada um criou ou construiu de sua própria história familiar. Há consenso entre os descendentes observados que afirmam:

*“Eu me senti em casa (...)”.*

É interessante retomar aqui a visão de *Comunidades Imaginadas* exposta no primeiro capítulo. Segundo Anderson (2009, p.33), “qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”.

Sentir-se “em casa” num país estrangeiro o qual se está visitando pela primeira vez é um exemplo de uma comunidade imaginada além das fronteiras territoriais. Isto vale tanto para a Itália, no caso uma idéia de que existem várias italianidades além das suas fronteiras,

como também para os descendentes que projetam e imaginam um pertencimento a uma terra distante.

Mas essa frase é contraditória. Embora na Itália se “sintam em casa”, os ítalo-brasileiros logo demonstram um sentimento de indignação, frustração, causado principalmente por três motivos.

O primeiro diz respeito ao preconceito dos italianos em relação aos brasileiros em função da imagem que é veiculada ao Brasil. Nice, uma senhora de São Paulo de cor parda possui a cidadania italiana e mesmo com toda a documentação não é vista e aceita como italiana.

Segundo Nice,

*“Os italianos são racistas! Eles dizem que eu sou brasileira, mas eu também sou italiana! Eu falo italiano, eu tenho carteira de identidade... quem eles pensam que são para dizer o que eu sou ou não sou?”*

Para Nice, em parte isso se reflete na imagem veiculada do Brasil: carnaval, mulatas e futebol.

Nice ainda comenta que

*“A imagem que vai do Brasil é justamente esta, de futebol, de samba, de mulher, de prostituição. Há muitos travestis e prostitutas brasileiras na Itália. Eles acham que no Brasil só tem índio... Eles têm uma visão muito equivocada de como é o Brasil.[...] Eu era vista como estrangeira, sempre!”*

Com relação a se sentir estrangeira, como relatou Nice, Manuela Carneiro da Cunha em sua obra *Negros, Estrangeiros* argumenta que

“A distância social do estrangeiro é, portanto, socialmente prescrita. A alteridade que exhibe pretende marcar de forma explícita que, se ele *está* na sociedade, ele não *é* da sociedade. O estrangeiro é aquele, diz Simmel, que ‘chega hoje e fica amanhã, o vagabundo potencial, que, por mais que não parta, ainda tem a liberdade de ir ou de ficar (G. Simmel, 1950 (1980)). É essa potencialidade de partida e não partida real, essa acintosa indiferença às relações internas da sociedade, encobrindo relações padronizadas com a sociedade, que constroem o papel do estrangeiro” (Carneiro da Cunha, 1985, p.149).

Esse depoimento reforça a visão de Ianni (1996) de que as fronteiras internas da Europa tornaram-se progressivamente mais permeáveis, enquanto que as fronteiras externas tornaram-se cada vez mais rigidamente fechadas. Para isso,

“[...] rigorosos controles legais são postos em prática para excluir os que passaram a ser chamados de imigrantes extracomunitários, com os partidos de direita pedindo apoio eleitoral à base do slogan ‘fora estrangeiros!’ [...] os imigrantes, em especial os do Sul pobre (e mais recentemente os do Leste) que buscam abrigo no Norte rico têm sido vistos em toda a Europa Ocidental como indesejáveis, estrangeiros ameaçadores, estranhos[...] (Ianni, 1996, p.197).

O segundo motivo, que acaba por gerar frustração das expectativas nos primeiros contatos, se refere ao receio dos “parentes” italianos de que a aproximação estivesse sendo motivada por questões de herança.

Sobre esse assunto, o senhor Vitor fez o seguinte comentário:

*“Quando meu irmão foi à Itália, ele foi muito mal recebido. Levou uma porta na cara e teve que ouvir do ‘parente’ italiano que ali ninguém tinha ‘parente’ no Brasil, que eles não tinham dinheiro e que se ele não fosse embora ele iria chamar a polícia”.*

O terceiro motivo causador de certa frustração diz respeito aos costumes e tradições italianas mantidas no Brasil e não preservados na Itália.

Segundo Neia (citada anteriorente),

*“Eu sinceramente não vi em nenhum momento na Itália algum costume que nós mantemos no Brasil. [...] Esses cantos que vêm dos nossos avós, de nossos pais, se perdeu, tudo isso na Itália se perdeu. [...] Eles não gostam nem de lembrar da polenta. Minha mãe fazia lasanha em casa, o pão [...] lá, ninguém mais faz nada disso.”*

Nesse comentário da Neia, que morou durante muito tempo em Curitiba, é possível fazer um paralelo com Kluge acerca do bairro italiano de Santa Felicidade:

“A comida típica de Santa Felicidade, apesar de não ser mais idêntica à italiana, porque foi modificada ao longo do tempo, é reconhecida como original deste Vêneto idealizado. Teria sido elaborada com o apoio da memória e no gosto culinário dos imigrantes, transmitida oralmente aos descendentes. Gradativamente, pratos de origem diversas foram sendo anexados ao cardápio desses restaurantes como a maionese – desconhecida entre os imigrantes italianos –, o rodízio de carnes e as massas de outras regiões da Itália: como a lasanha, o caneloni e o nhoque. De forma

que houve uma troca de hábitos alimentares, os italianos ‘abrasileirando-se’ e os curitibanos ‘italianizando-se’”. (Kluge, 1996, p.111)

Nesse aspecto, é interessante também observar similaridade no trabalho de Seyferth (1982) com os imigrantes alemães de Brusque e Guabiruba, Santa Catarina, analisando-se o dizer de um “alemão novo” quando afirma que “os teuto-brasileiros criaram uma imagem da Alemanha que não existe. Por isso, alguns deles, em melhor situação financeira, vão visitá-la e ficam desiludidos porque não é nada daquilo que imaginavam” (Seyferth, 1984, p.210). E, diante dessa “desilusão” ou “frustração” oriunda nos primeiros contatos com os parentes europeus, surge um sentimento de valorização do Brasil.

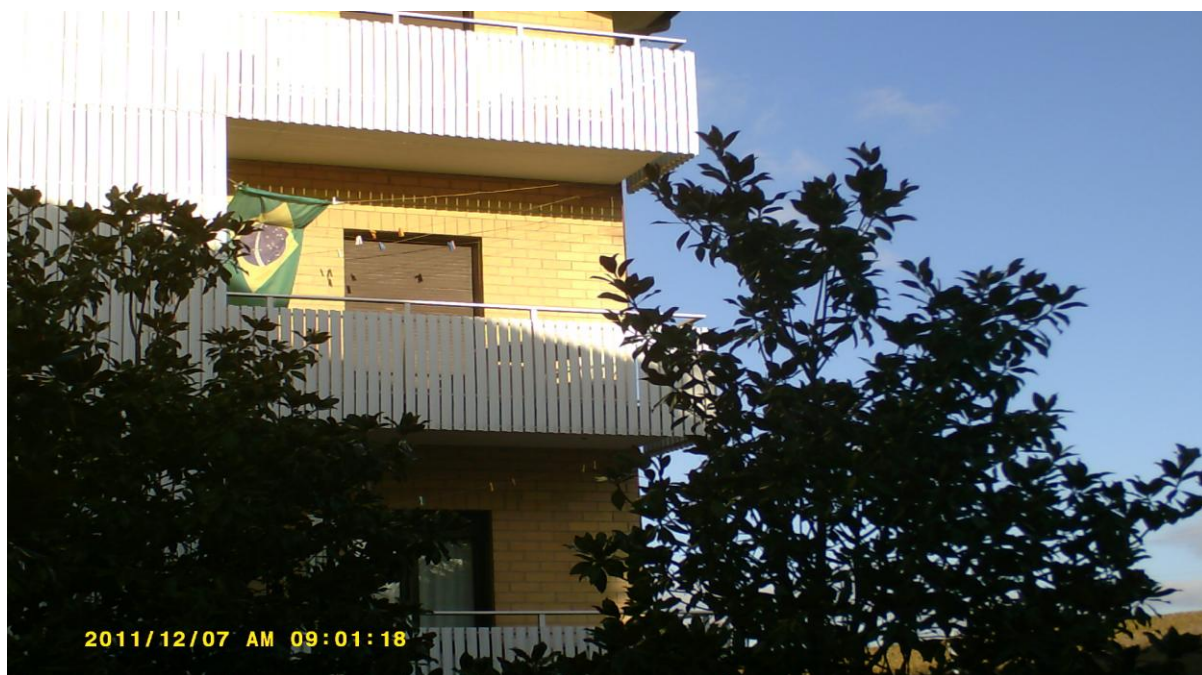


Figura 9: Varanda do quarto de uma jovem de Vitória (ES) à espera da cidadania italiana com a bandeira brasileira pendurada no varal.

Sobre o sentimento de valorização do Brasil quando no exterior, um exemplo durante a minha pesquisa de campo na Itália ilustra bem essa questão. Priscila, uma jovem natural de Vitória, estava em Castelraimondo à espera da cidadania italiana e publicou em uma rede social o seguinte texto:



*“Saudades de casa... da mamãe, da Lia, da minha cama, até do meu banheiro... das minhas amigas, das risadas sem fim, das fofocas... das festas, das alegrias, dos abraços, dos brindes, até da gritaria... do calor, da praia, do sol brilhante, do ventinho fresco... do bobó de camarão, caranguejo, açaí, coxinha, do feijão com arroz... aí que orgulho de ter nascido no Brasil!”*

Em novembro de 2011 eu voltei a Castelraimondo na província de Macerata, onde realizei a minha pesquisa de campo. Para isso, eu aproveitei a experiência que vivi nesta mesma cidade um ano antes como parte dessa pesquisa. A cidade de Castelraimondo possui cerca de 4.000 habitantes e abriga a escola de língua e cultura italiana Edulíngua<sup>25</sup>. Entre os ítalo-brasileiros que vão como turistas para conhecer a Itália, estão muitos descendentes que optam por residir no alojamento da escola enquanto esperam pelo processo de cidadania. A escola possui um escritório de cidadania<sup>26</sup> dirigido pela catarinense Salete Maria Fachini.



Figura 10: Vista panorâmica da cidade de Castelraimondo, Província de Macerata.

<sup>25</sup> Acessível no endereço <http://www.edulingua.it/pt/lalinguaitaliana>

<sup>26</sup> Acessível no endereço <http://www.mericamerica.com/default2.html>. Um escritório de cidadania funciona como um despachante de documentos. A pessoa interessada contrata um intermediário para representá-lo perante os órgãos oficiais italianos e resolver os tramites burocráticos.



Já no vôo da Alitalia para Roma eu conversei com uma senhora que se sentou ao meu lado. Ela se chamava Márcia, era descendente de italianos e, coincidentemente, também era natural de Curitiba. Em suas próprias palavras:

*“Acho que a Itália realmente desperta um fascínio, mas não vai além de uma dose de nostalgia... quero dizer, há consciência nas pessoas de que aquela Itália imaginada não existe, mas também é consciente o fato que essa Itália contemporânea é apenas um cartão postal, um lugar de visita como uma curiosidade que se mata e que serve mais para articular uma representação européia em Curitiba do que realmente construir algo concreto na Itália...”*

Cheguei a Castelraimondo em 27 de novembro de 2011 e dois dias depois acompanhei um grupo de ítalo-brasileiros à cidade vizinha de San Severino Marche. Conversando com Elisa, professora e guia, perguntei o que ela achava que as pessoas mais observavam durante o passeio, o que mais chamava a atenção dos alunos. Ela me respondeu que eram as ruas estreitas, o silêncio, a limpeza, as ruas vazias das cidades pequenas... a paz, a simplicidade. Aqui é interessante observar que neste primeiro contato é significativa a atuação da memória. Essas ruas silenciosas transportam, principalmente os mais velhos, à infância. É neste exato momento que muitos dizem a frase: *“eu me sinto em casa”* ou *“esta sensação é tão familiar”*. Aqui se expressa a afinidade inicial com a Itália.

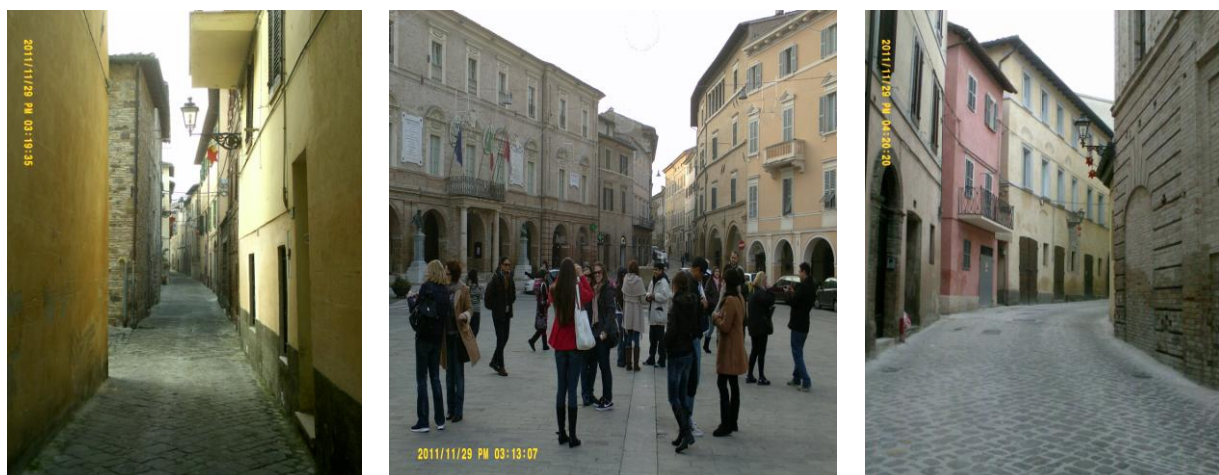


Figura 11: Excursão à cidade de San Severino Marche.

A sensação de paz, de tranquilidade, de simplicidade afeta com mais intensidade os descendentes provenientes de grandes centros urbanos no Brasil. Valéria Gama, “acostumada” com a violência do Rio de Janeiro, se emociona ao dizer “*nunca senti tanta paz em minha vida*”. A paz descrita por vários descendentes ao caminhar pelas ruelas italianas me pareceu não só um momento de identificação com o local, mas também um momento em que resgataram um tempo. Em outras palavras, era como se o passado (entre memórias e imaginação) e o presente estivessem conversando naquele espaço: uma supressão do tempo.

Segundo Zanini,

“Nesse processo [de construção de memórias], mantém-se o que é compartilhado no presente como elemento valorativo e legítimo de ser acionado enquanto constituidor de italianidade. Para além disso, como ressalta Halbwachs (1990), somente permanece nas memórias o que é reativado constantemente como portador de significação e valorização coletiva. Enfim, trata-se de uma leitura do passado elaborada a partir da ótica do presente. O passado – interpretado, apropriado – ressemantiza-se, e o que importa dele é o que se torna significativamente viável no presente” (Zanini, 2007, p. 523).

Para os mais velhos, essa experiência de supressão do tempo quando na Itália funciona como elemento valorativo da italianidade. A paz, a paisagem silenciosa das ruelas quebrada apenas pelo sino das igrejas ou por conversas aleatórias em italiano torrencial de pessoas locais, os campos da Itália... Essa imersão constitui uma nova leitura da italianidade.

Depois de retornar ao Brasil, Neia comentou:

*“A viagem de 2010 foi inesquecível! O mais curioso é que ao voltar para casa eu senti muita falta da Itália. Guardo com carinho as lembranças da minha família, mas é mais gostoso pensar na própria Itália, eu quero voltar, não quero morar na Itália, mas quero voltar”.*

Nice foi a única, entre os mais velhos, que retornou à Itália durante esta pesquisa:

*“Sabe, já é a terceira vez que eu vou à Itália. As duas primeiras foram um pouco difíceis, eu falava pouco o Italiano, senti um pouco de racismo por parte deles, mas eu não consigo mais olhar para essa italianidade brasileira e me sentir atraída por ela... Acho que o que eu quero mesmo é beber direto da fonte, ir para a Itália mesmo...”*

Para os mais novos, essa experiência funciona mais como um distanciamento do mundo agitado, por vezes caótico e violento das grandes cidades brasileiras. Não há uma supressão do tempo como para os mais velhos e sim uma paralisação do mesmo. Em outras palavras, um momento de contemplação que pode ou não vir a se tornar um elemento valorativo da italianidade. Normalmente, para os que retornam a casa, esse elemento pode ser utilizado como uma nova leitura da italianidade no Brasil.

Segundo Juliana, uma jovem de São Paulo capital:

*“É estranho voltar para casa, esta cidade caótica. Não consigo pensar na minha vida daqui para frente sem a Itália. Tenho orgulho em dizer que a minha família vem daquela terra. A experiência que vivi na Itália foi mágica!”*

O que eu observei nesses comentários é que a experiência vivida na Itália, tanto para os jovens quanto para os mais velhos, pode ser acionada como um elemento valorativo “atualizado” da italianidade. O que antes era feito através da memória e dos costumes passados de geração em geração, agora pode ser feito através de um elo pessoal e direto: a experiência da viagem em si.

Alguns dias depois eu fui à cidade de Macerata com Moisés e Amélia, ambos estão em Castelraimondo esperando pela cidadania. Ela é aposentada e é de Florianópolis, ele é recém formado e é de São Paulo capital. No trem para Macerata já foi perceptível a diferença dos motivos que levaram ambos a vir à Itália.



Figura 12: Moisés e Amélia em uma pizzaria de Macerata.

Moisés é formado em Comércio Exterior e busca na cidadania italiana uma oportunidade de ampliar seus horizontes profissionais:

*“Eu sei que a Itália não anda bem, mas mesmo assim ainda é melhor que o Brasil. Nosso país não valoriza o trabalhador, ser trabalhador é muito sofrido, o transporte todos os dias para ir trabalhar, caótico, a violência, a pobreza. Aqui, mesmo que eu ganhe pouco, não há desigualdade, eu quero abrir a janela de casa e ver algo bonito, é isso, simples assim”.*

Amélia queria apenas vir à Itália para conhecer um pouco de suas origens:

*“Eu quero passear pelas cidades pequenas e apenas sentar em um banco de praça, ficar sem fazer nada... ver o tempo passar... sentir o lugar, viver na Itália, viver a Itália”.*

No caso da Amélia, a busca por suas origens remete a uma freqüente comparação do que ela via e sentia na Itália com suas memórias das tradições familiares, as quais foram mantidas no Brasil tentando (re)criar um ambiente italiano:

*“[...] isso ficou na minha memória, a imagem da família conversando em italiano. Uma coisa que me chamava a atenção era que nas casas dos meus tios sempre tinha plantação, na*

*minha também. Por isso eu reparo em tudo quando estou passeando pela Itália, eu vivo observando as casas e se nelas há plantação. Eu quis vir à Itália então para buscar o meu direito de ser cidadã italiana. Eu fico vislumbrando a paisagem, me faz lembrar a infância. As casas de campo são muito espaçosas, com plantações, sozinhas e isoladas, muitas no alto das colinas... sabe, eu quis resgatar o direito familiar, uma herança, um legado, eu quero expandir isso para o meu filho e para o meu neto, para a minha família... outro objetivo é ter conhecimento cultural, da língua, da terra”.*

Assim como a Neia, a Amélia também fez uma ponte com o passado e buscou uma identificação com o local, só que na identificação de similaridades com a infância: as casas com plantação.

Com isso é possível traçar algo em comum nesses olhares descritos até agora. Segundo Stuart Hall,

“A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade” (Hall, 2011, p. 38).

Endrigo, um jovem de Porto Alegre que conheci em 2010, estava em Castelraimondo esperando pela cidadania e já tinha planos marcados de ir para Londres. Lembro-me que seu objetivo era frequentar aulas de culinária enquanto esperava pelos documentos. Após consegui-los, pretendia ir para Londres e trabalhar como *chef* em algum restaurante. Conversei com Endrigo recentemente e ele me confirmou que desde que chegou a Londres, em março de 2011, tem trabalhado como *chef* de cozinha.

Ignácio, natural de São Paulo capital, já estava em Castelraimondo quando cheguei pela primeira vez em 2010. Como outros jovens, tinha como objetivo ir para Londres. O que chamou a minha atenção sobre Ignácio é que, como havia ocorrido um atraso na liberação dos seus documentos, ele acabou tendo que ficar mais tempo que o esperado: cinco meses (o processo de solicitação da cidadania leva normalmente três meses). Isso causou uma angústia muito grande e era perceptível a vontade que esse rapaz tinha de ir embora. Ele comentou que por causa desse atraso ele havia perdido a oportunidade de trabalho que o esperava em Londres. Foi quando eu perguntei:

*“Mas agora você pretende ir para onde? É melhor voltar para casa, não é?”*

Ele me respondeu:

*“Casa? Eu mato a saudade de casa em uma semana. Eu quero é viver a minha vida... mas não quero ficar aqui. Vou para Londres de qualquer maneira”.*

O que eu observei no comentário de Ignácio é que: primeiro, a Itália para ele era uma ponte para a Inglaterra e, segundo, voltar para casa estava fora de questão. O que eu vejo no caso deste jovem é uma migração de fato. Ele tinha por objetivo realmente construir uma vida fora do Brasil e a Itália foi apenas uma etapa desse objetivo.

Por falar em etapas de um objetivo, é interessante destacar neste momento que o único *pub* de Castelraimondo se chamava *London Pub*. O dono do bar, um italiano chamado Francesco, comentou que pouco depois que a escola abriu em 2009 ele percebeu a frequência com que brasileiros descendentes de italiano iam a Castelraimondo tendo como objetivo final a cidade de Londres. De tal forma, ele achou oportuno abrir um *pub* com esse nome.

O *London Pub* se tornou então o ponto de encontro dos estudantes fora da escola. Para ítalo-brasileiros à espera da cidadania e com o objetivo de ir para Londres, um pouco mais: a metade do caminho. Para os descendentes com o objetivo de migrar, este local funcionava como um “entreposto” de informações. Histórias eram contadas sobre descendentes que passaram ali antes, seus objetivos, suas trajetórias, seus contatos... Para quem não sabia ao certo o que fazer, rumos eram traçados a partir deste local.

Outro jovem que conheci em Castelraimondo foi Leonardo, natural de Campinas. Leo já possuía a cidadania italiana e estava trabalhando temporariamente na escola, porém, diferente da maioria, ele pretendia ir para a Alemanha, onde já possuía amigos que moravam lá. Conversei pela última vez com Leo no Natal de 2012 e ele estava morando em uma cidade próxima a Monique, Alemanha.

Um dia em dezembro de 2011 eu e Leo fomos caminhando até o supermercado e tivemos que esperar alguns minutos até dar quatro horas. Era a hora da *siesta*: horário entre meio-dia e quatro da tarde em que o comércio fecha para repouso. O que observei dessa ocasião e da conversa é que normalmente só estrangeiros caminham na rua nesse horário. Era

uma forma visível de distinção entre os locais e os estrangeiros. Outra forma de distinção era o uso de gestos para falar. Os italianos literalmente “falam com as mãos”, enquanto os ítalo-brasileiros, de modo geral, não possuem esse costume. O gesto dado como ilustração do conceito de *habitus* no capítulo dois é uma característica bem conhecida da linguagem italiana. Porém, em nenhum momento durante a minha pesquisa de campo na Itália eu presenciei um ítalo-brasileiro se expressando dessa forma, nem os que já moravam na Itália há muito tempo.

Conversando com Salete, a proprietária do escritório de cidadania, ela me comentou que conhece pessoas que moram na Itália há mais de 20 anos e ainda são chamadas de brasileiras. Ela inclusive é uma dessas pessoas. Em todos esses anos trabalhando com pedidos de cidadania ela confirma o relato de alguns descendentes que conheci:

*“As pessoas não deixam de ser brasileiras, elas não vêm pra cá querendo se tornar italianas. Mesmo a Amélia que é aposentada e está aproveitando para passear pela Itália, ela quer a cidadania para passar como herança para o seu filho, para o seu neto. Ela tem apartamento em Floripa, quando o processo de três meses terminar, normalmente os mais velhos voltam pra casa porque já cansaram da Itália, e os mais jovens vão pra Londres, pra Nova Iorque, etc... Em 20 anos, posso dizer que são raros os casos de descendentes que ficam na Itália. Brasileiros vão para Londres e argentinos vão para a Espanha. No início eles até curtem a Itália, mas os italianos fazem eles mudarem de idéia rapidinho, se é que você me entende? (Salete se refere à grosseria de alguns italianos e à permanente referência aos descendentes como estrangeiros) Enfim, é isso! A Itália é uma passagem, e a cidadania uma chave para ser usada em outros lugares.*

É interessante quando Salete usa os termos “passagem” e “uma chave para ser usada em outro lugar”. Segundo Hall,

“Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, dentre as quais parece possível fazer uma escolha. [...] Em certa medida, o que está sendo discutido é a tensão entre o ‘global’ e o ‘local’ na transformação das identidades” (Hall, 2011, p.75).

Um fato comum que observei em campo foi a facilidade com que a internet e o celular deslocavam e afetavam o estar em um lugar. A qualquer momento em que batia a saudade de casa ela era facilmente saciável pela distância de uma ligação, de uma mensagem ou de uma conversa por vídeo (skype). Isso fazia com que a interação e absorção do lugar, ou pelo lugar, fosse apenas superficial, em outras palavras, o que eu vi acontecer em castelraimondo foi um “passar por” e não “estar em”. A diferença é que não se cria raízes em nenhum lugar se a sua casa viaja com você. As telecomunicações do mundo hoje possibilitam os lugares “viajarem conosco”, de tal forma que se pode viajar pelo mundo e escolher uma identificação com lugares tão fácil quanto abandoná-la e voltar para casa.

Durante o jantar de encerramento do curso de dezembro, eu conversei com Paulo, o filho de Salete. Ele comenta que

*“Os brasileiros parecem trazer para o exterior aquilo que é belo do Brasil e esquecer o que é feio, como se eles não quisessem ou não achassem que lutar para fazer do Brasil um país melhor valesse a pena. Todos falam das praias, da natureza, de como o brasileiro é simpático e aberto. Ninguém fica falando dos problemas do país, acho que é tudo o que eles não querem falar. Parece que usam o que é de melhor do Brasil para construir um estado de espírito brasileiro ideal no exterior. É como se aqui no exterior o Brasil funcionasse melhor! Eles constroem um Brasil ideal para eles e para os olhos dos estrangeiros.*

Em relação a esta representação da brasilidade no exterior é oportuna a referência ao estudo de Igor Machado<sup>27</sup> (2002) sobre imigrantes brasileiros na cidade do Porto em Portugal:

“Ao acentuar uma imagem estereotipada do brasileiro, o universo simbólico português estimula algo latente na construção que qualquer brasileiro pode ter de si: a de que ele é naturalmente alegre, simpático, malemolente e esperto. [...] O mercado de trabalho no qual atua o brasileiro, no atual quadro político europeu, é marcado por essa suposta alegria natural, fazendo que alguns empregos sejam mais fáceis de conseguir, como o de garçom, vendedor, músico, etc. Assim, cada brasileiro que faz suas pantominas acentua o que passa a achar que é a característica dos brasileiros (a alegria) e reforça, por um lado, a subalternidade dessa ‘identidade’. [...] A construção de uma ‘brasilidade’, é um processo onde um modo de ser é imposto culturalmente e acaba permeando o discurso identitário de muitos imigrantes, que assim incorporam o lugar subalterno no próprio modo de ver o mundo” (Machado, 2002, p.12).

---

<sup>27</sup> Professor da Universidade Federal de Itajubá e pesquisador do CEMI/UNICAMP (Centro de Estudos de Migrações Internacionais).



O que acontece em Castelraimondo é muito similar ao que Igor Machado afirma em seu estudo. Embora os jovens brasileiros que esperam a cidadania italiana não fiquem na cidade após consegui-la, o rumo a Londres normalmente está relacionado a trabalhos já pré-definidos: garçom, motoboy, babá, entre outros.

Em janeiro de 2012, um grupo de 38 ítalo-brasileiros provenientes de Brusque /Santa Catarina chega a Castelraimondo. A rotina, os passeios, os olhares e comentários se repetem. Comparando o grupo de janeiro ao grupo de dezembro, é como se fosse o mesmo cenário, as mesmas falas, os mesmos olhares, só que com pessoas diferentes.

Acompanhei este novo grupo ao passeio na cidade de San Severino Marche (figura 9). O sentimento de paz, de limpeza, de supressão do tempo foi igual ao sentimento expressado pelas pessoas do grupo de dezembro. Como o programa de estudo e passeio da escola se repete a cada mês, é possível deduzir que os olhares dos descendentes provavelmente também se repitam. Em outras palavras, embora eu tenha passado três meses na Itália, é bem provável que os olhares e experiências dos descendentes durante todo o ano sejam muito parecidos aos observados durante a minha pesquisa de campo.



Figura 13: Alunos da escola Edulíngua em uma feira de Castelraimondo. A maioria ítalo-brasileiros.

Os melhores momentos de interação onde pude observar e conversar com as pessoas, em ambos os meses, foi durante lanches em feiras de rua. Um tema comum nas conversas foi que os descendentes, quando querem expressar uma certa “italianidade”, costumam demonstrar que sabem muito sobre a Itália. Eles gostam de falar sobre a vida do país, a política, a sociedade, a cultura. Curiosamente são poucos os que realmente dominam a língua italiana. A grande maioria fala um nível básico ou intermediário.

Era comum também os brasileiros se reunirem na cozinha de algum alojamento para almoçar ou jantar. A cozinha se tornava um “pequeno Brasil” onde todos falavam Português, assistiam a Globo Internacional e preparavam pratos típicos da nossa culinária. Mesmo alunos de outras nacionalidades gostavam de ir a esses encontros porque diziam que os brasileiros eram alegres e simpáticos. Esses outros alunos acabavam se comunicando com os brasileiros em Inglês e não em Italiano. Esse fato me levou a refletir sobre o papel da língua italiana em todo esse processo e acredito que não só a Itália hoje seja uma passagem mas sua língua também seja. Como Salete comentou: *“uma chave para ser usada em outro lugar”*.

Tanto a experiência na Itália como o fraco domínio da sua língua servem mais como um símbolo a ser usado para outros fins. Como por exemplo, um elemento de distinção ao voltar para casa. No caso dos ítalo-brasileiros, conhecer a Itália e falar um pouco de Italiano já é suficiente para autenticar a etnicidade simbólica (conforme descrita no capítulo 2) expressa no Brasil.

Recentemente eu enviei um artigo para as pessoas que conheci na Itália contando sobre a minha pesquisa de campo em Castelraimondo. É interessante registrar o ponto de vista dos italianos sobre essa experiência.

Rosella, coordenadora da escola, através de uma mensagem de email<sup>28</sup> demonstra um pouco de tristeza sobre as experiências relatadas pelos ítalo-brasileiros à espera da cidadania em Castelraimondo:

---

<sup>28</sup> Carissimo Christopher, ho letto attentamente la tua relazione ed è veramente molto interessante. Mi ha lasciato con un po' di tristezza, però. L'immagine che emerge dell'esperienza a Castelraimondo è sicuramente negativa e questo mi dispiace molto. Personalmente credo che l'essere "italiani" o "brasiliani" o "spagnoli" ecc. non dipende

*Querido Christopher,*

*Eu li atentamente o seu estudo e é realmente interessante. Porém, fiquei um pouco triste. A imagem que emerge da experiência em Castelraimondo é seguramente negativa e isso me desagrada muito. Pessoalmente, acredito que ser “italiano”, “brasileiro” ou “espanhol”, etc. não depende de ter um passaporte nem o domínio da língua. A infinita série de experiências e lembranças que acumulamos vivendo em um país desde a infância é o que forma a nossa nacionalidade.*

*Além disso, nego-me a crer que o simples fato de ser “brasileiro” ou “italiano” justifique o preconceito entre uma ou outra nacionalidade. Nunca serei capaz de definir o “ser brasileiro” através de adjetivos (positivos ou negativos), da mesma forma como é difícil aceitar a associação da palavra “grosseria” com “italiano”.*

*De qualquer forma, as tuas observações demonstram a tua grande inteligência e fico feliz que essa experiência que você teve conosco tenha lhe gerado este trabalho.*

*Abraço e obrigada por tê-lo compartilhado conosco.*

*Rosella*

Entre os demais comentários feitos pelos italianos houve consenso em confirmar os relatos apresentados durante a pesquisa. Daniele, professor da escola, comenta que,

*“dentro da escola é um mundo particular onde convivem alunos das mais diversas nacionalidades, tudo é mágico, porém basta sair da escola e freqüentar a vida cotidiana na Itália que os relatos descritos passam a fazer sentido, ou seja, fora da escola os italianos já não são tão amáveis”*

---

da un passaporto né dalla padronanza della lingua. L'infinita serie di esperienze e ricordi che accumuliamo vivendo in un Paese fin da bambini è quello che forma la nostra nazionalità. Eppure mi rifiuto di credere che il semplice essere "brasiliani" o "italiani" giustifichi i pregiudizi nei confronti di questa o quella nazionalità. Non sarei mai capace di definire l'essere brasiliani con una serie di aggettivi (negativi o positivi) così come mi resta difficile accettare l'associazione tra la parola "grosseria" e "italiano". In ogni caso le tue osservazioni denotano la tua grande intelligenza e sono felice che l'esperienza che hai fatto con noi abbia generato questo tuo lavoro. Un abbraccio e grazie mille per averlo condiviso con noi. Rosella

Federico e Roberto, dois italianos locais de Castelraimondo, lembram que,

*“Castelraimondo é uma cidade pequena. É natural que as pessoas daqui não se comuniquem muito com os estrangeiros, é uma vida pacata, conservadora, fechada...”*

Enfim, lembro-me o dia em que estava indo embora da cidade: ao descer no térreo para me despedir dos amigos e amigas me deparei com mais algumas pessoas chegando... Talvez em busca da cidadania ou, quem sabe, apenas conhecer um pouco da Itália. Já na rua, indo para a estação de trem, olhei para traz e imaginei quantas vezes aquela cena deveria se repetir. O que as pessoas trazem com elas e o que elas levam daqui? Trazem um pouco de seus lugares, seus espaços; um pouco de suas memórias, seus tempos... Mas tenho certeza que também levam daqui, lugar e memória... Espaço e tempo.

## Conclusão

Quando eu fui à Itália em novembro de 2010, eu observei as reações das pessoas, principalmente dos ítalo-brasileiros, descendentes como eu que estavam ali conhecendo algo tão familiar e tão estranho ao mesmo tempo. Os hábitos, os costumes, a gastronomia, o cotidiano local, enfim, como toda essa conjuntura social traz um sentimento às vezes de atração e às vezes de retração: uma troca de olhares entre ítalo-brasileiros e italianos.

Desse contexto nasceu a principal questão a ser estudada nesta dissertação: o que buscam os brasileiros de ascendência italiana quando vão à Itália e o que encontram ao chegar lá? Como a experiência de ida à Itália se constitui enquanto um processo de construção identitária?

Para me ajudar a responder essas questões eu dividi a dissertação em três capítulos: no primeiro eu analisei a questão da formação da italianidade. Vimos que o nacionalismo étnico foi predominante na Itália, o qual, segundo Liah Greenfeld (1992) é de natureza excludente e coletivista, e sua origem ressentida o faz desenvolver tendências à xenofobia e ao autoritarismo. O que muda com o tempo é a noção de sistemas de representação da nação. No processo de construção da nação italiana o estabelecimento de uma língua nacional foi fundamental para a formação de uma comunidade imaginada, em outras palavras, a unificação da Itália.

No segundo capítulo nós vimos o processo de imigração italiana no Brasil. A Itália acabara de ser criada e muitos imigrantes se descobriram ou se fizeram italianos aqui no Brasil. Um papel fundamental na colonização italiana, segundo Thales de Azevedo (1982), foi o das sociedades e associações de beneficência e mútuo socorro. Neste caso, as igrejas, as escolas e a imprensa funcionaram como agências de socialização. Com o passar do tempo, os ítalo-brasileiros passaram por um processo de assimilação o qual afetou o seu habitus. Este processo sofreu uma influência forte a partir de 1937 com a campanha de nacionalização patrocinada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Essa campanha buscou eliminar os símbolos da nacionalidade estrangeira (língua, bandeiras, emblemas políticos).

A renovação do elo com a Itália foi acontecer paulatinamente, com maior expressão nos anos 1990 quando houve um aumento no número de pedidos da cidadania junto às

representações diplomáticas da Itália no Brasil. Como parte desse processo consistia em montar uma “árvore genealógica” comprovando a descendência de um imigrante italiano, muitas famílias passaram a buscar suas raízes e principalmente a frequentar cursos de língua e cultura italiana. Desta forma, o elemento agregador da etnia passa a ser a língua e a própria cidadania. A forma de expressão da italianidade passa a ser, em muitos casos para os mais jovens, marcar uma etnicidade simbólica, segundo Gans (1979), na qual se destaca a visibilidade e a praticidade.

Devido ao grande tempo de espera pelo reconhecimento da nacionalidade italiana nos consulados, muitos descendentes optam por solicitar a nacionalidade diretamente na Itália, processo que leva em torno de três meses.

No terceiro capítulo vimos que chegando à Itália, os descendentes se deparam com um campo de embates no qual vive o país atualmente: questões regionalistas, imigração clandestina, xenofobia e um momento de muitas críticas e reflexões sobre a própria unidade da Itália.

Conforme a etnografia em Castelraimondo há diferenças entre os mais jovens e os mais velhos com relação ao que buscam essas pessoas na Itália. Para os mais velhos acontece uma experiência de supressão do tempo que funciona como elemento valorativo da italianidade. Para os mais jovens, a Itália é vista como uma ponte para a Europa em busca de trabalho, especialmente para Londres. Em ambos os casos, a própria experiência da viagem à Itália pode funcionar como uma nova leitura da italianidade e de distinção identitária ao retornar para o Brasil.

## Referências bibliográficas

- Ambrosoni, Maurizio. *Sociologia delle migrazione*. Bologna: Il Mulino. 2011.
- Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva. 1972.
- Azevedo, Thales. *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro: Cátedra. 1982.
- Barzini, Luigi. *Gli italiani*. Milano: BUR. 1964.
- Bertonha, João Fabio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto. 2005.
- Balhana, Altiva. *A presença italiana no Brasil*. Luis A. De Boni (org). Porto Alegre: EST. 1987.
- Calhoun, Craig. *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997.
- Cervo, Amado Luíz. *As relações entre o Brasil e a Itália: formação da italianidade brasileira*. Brasília: UNB. 2011.
- Carneiro da Cunha, Manuela. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Negros, estrangeiros*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- Coletti, Vittorio. *A cultura do romance*. Moretti, Franco (Org.). São Paulo: Cosac Naify. 2009.
- De Boni, Luis A. & Costa, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984.
- Gans, Herbert. *Symbolic ethnicity: the future of ethnic groups and cultures in America*. London: Routledge, 2010.
- Gellner, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford: Basil Blackwell. 1983.

- Greenfeld, Liah & Chiot, Daniel. *Nationalism and modernity*. Social Research, 63 (1): 3-40, Spring. 1996.
- Greenfeld, Liah. *Five roads to modernity*. Cambridge: Harvard University Press. 1992.
- Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2011.
- Hall, John A. *Nationalism: classified and explained*. Daedalus. Summer pp.1-28. 1993.
- Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. Cambridge: Cambridge University Press. 2008.
- Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra. 2008.
- Mill, John Stuart. *Considerations on representative government*. New York: New York Press. 1873.
- Oliveira, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira. 1976.
- Pesavento, Sandra. *O imigrante na política Rio-Grandense*. In: RS: imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- Petrone, Maria Thereza. *A presença italiana no Brasil*. Luis A. De Boni (org). Porto Alegre: EST. 1987.
- Radin, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense*. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- Renk, Arlene. *A questão da etnicidade*. Cadernos do CEOM, Chapecó-SC, nº2, set/1989.
- \_\_\_\_\_. *Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil*. GT Migrações Internacionais. ANPOCS. Caxambu, 1998.
- Severgnini, Beppe. *La testa degli italiani*. Milano: BUR. 2010.
- Seyferth, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- Santos, Mirian. *As memórias da imigração no Rio Grande do Sul*. Natal: Revista de Humanidades, 11 (27), 2010, UFRGN.



Truzzi, Oswaldo. *Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.55, nº2, 2012, pp517 a 553.

Woortmann, Ellen. *A árvore da memória*. Anuário Antropológico/92. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1994.

Zanini, Maria. *Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana*. Rio de Janeiro: Revista Mana 13(2): 521-547. 2007.